PORTUGAL DEMOCRÁTICO

Redação: Rua Conselheiro Furtado, 191, sala 2 ANO IV — Nº 35 — SÃO PAULO, ABRIL DE 1960 — Cr$ 5,00 Caixa Postal 4.469

EMBAIXADOR ALVARO LINS

Como bola de neve, o movimento em favor da anistia para os presos e exilados políticos portugueses e espanhois alastra, irresistível, e nada o deterá. Depois das grandes jornadas inaugurais de São Paulo, Montevideu acolheu, como nesta edição se relata, os representantes da Comissão Permanente. Daqui por diante, será apenas a continuação natural desta iniciativa que germinou, cresceu e saltou as próprias fronteiras do Brasil, para se alargar a toda a América Latina. Muito em breve, delegados especiais irão a Portugal e a Espanha, voando da Ibéria, depois, até ao Vaticano, onde afirmarão a S.S. João XXIII o grito latino-americano de anistia para Portugal e Espanha.

Podemos orgulhar-nos todos quantos, como PORTUGAL DEMOCRÁTICO, desde a primeira hora aplaudimos e endossamos, na medidas das nossas possibilidades, a realização da 1.a Conferência Sul-Americana. Mas porque entramos, agora, numa segunda época em que o movimento é já a bola de neve rolando, temos de prestar homenagem ao Homem que se bateu pela Conferência e a arrancou das interpretações dúbias, restituindo-a na inteira dignidade, que estava, afinal, nos propósitos dos organizadores: a de reclamar liberdade, sobretudo, para os que sofrem, nas masmorras de Franco e de Salazar, pelo "crime" de pensarem e dizerem o que pensam e querem!

Esse Homem foi, todos o sabem, o dr. Álvaro Lins, o Embaixador magnifico do Brasil em Portugal, ainda hoje o representante sentimental do Povo Brasileiro junto do Povo Português. Ninguém, como ele, soube honrar, a-par das normas do direito de asilo, os mais lídimos princípios da Democracia, num instante em que o ditador de Santa Comba acreditava poder a todos dominar e amedrontar (e com alguns o conseguiu).

É, pois, o dr. Álvaro Lins, além de Embaixador, o defensor do Direito de Asilo, o Intelectual e, portanto, também o Democrata que brasileiros, portugueses e espanhois homenagearão na Capital Bandeirante, na noite de 9 de abril. Os portugueses, representados pelo jornal PORTUGAL DEMOCRÁTICO, pelo Centro Republicano Português e pelo Comitê dos Intelectuais e Artistas Portugueses Pró-Liberdade de Expressão, **estarão presentes na mais perfeita manifestação de solidariedade e gratidão para com o Embaixador do Brasil que Portugal não esquecerá.**

PORTUGAL DEMOCRÁTICO

POEMA

Para cada homem com mêdo há cinco polícias.
Para cada homem sem mêdo há dez polícias.
Para cada berro há um tanque.
E para cada verdade há um exército.
Nós sabemos isso muito bem.
Por isso o mêdo se foi
E deixou o nojo no seu lugar.
Para cada nojo não há mais que um enojado.
Para cada homem, desta vez haverá uma vingança
Para cada polícia um tiro.
Para cada tanque uma granada.
Para cada exército
basta um recado para que êle se renda de mêdo.
Só restam lacaios e colarinhos de goma.
Os que restam
Vivos ou mortos servirão de estrume.
Mas nem assim serão esquecidos.

FERNANDO LEMOS

UMA DITADURA DE JURISTAS

por JORGE DE SENA

O regime de Salazar manteve perante o mundo, durante muitos anos, uma imagem amável, de patriarcal benignidade, como se o povo português tivesse criado, com arte consumada, as condições para o domínio total por parte de uma oligarquia econômica e financeira que serve Salazar e por sua vez o dirige.

Tem-se dito que o seu regime se caracteriza pelo cinismo organizado em sistema de govêrno. Nem o próprio Salazar acredita no que afirma. E muito menos pretende que acreditem nas suas afirmações, mas sim que se suponha que está pensando noutra coisa que não convém dizer. Nem os seus partidários, ou seja a "clientela" em que foi organizada a vida pública portuguesa, acreditam no "Estado Novo", o corporativismo. O ambiente é de um oportunismo total.

DITADURA DE JURISTAS

A não ser no papel, as "corporações" nunca existiram, tal como hipotèticamente (e não na realidade) deveriam funcionar no mundo moderno, cuja complexidade aliás as impossibilita. Elas surgiram, em Portugal, como uma maneira de fiscalizar estatalmente a expansão dos organismos económicos, e são uma forma sutil de levar às últimas consequências do poder, e sem despesas, o domínio dos capitães de indústria e dos chefes financeiros, que uns e outros são designados para presidir às "estruturas" corporativas.

Ditadura de juristas sempre foi a de Salazar. Constantemente se promulgam leis. E o país vive numa intrincada rede de emendas aos códigos, a qual permite ao governo apresentar uma fachada de ordem jurídica e, ao mesmo tempo, enlear na confusão dela todas as iniciativas indesejáveis para a prosperidade dos monopólios. Um gigantesco "Make-Believe" legalista controla o povo, através da censura e da polícia política. E, aos poderosos do mundo, oferece as vantagens financeiras resultantes de uma moeda cara, do baixíssimo nível de vida de um povo que vive suando a diferença desse valor fictício da moeda, e de vastas riquezas ultramarinas cedidas aos "trusts" internacionais a troco de uma "estabilidade" política que lhes garanta uma exploração sem dificuldades.

Como se explica que esta situação se haja prolongado durante trinta e quatro anos? Porque se constituiu paulatinamente, em silêncio, dividindo e jogando com as opiniões, adentro de uma desorientação aparente e sem objetivo visível. Isto fez, por muito tempo, sorrir a oposição, que acreditava, e era assim levada a acreditar, na inépcia de Salazar.

CENSURA E POLÍCIA

Desde o 28 de Maio de 1926, a censura e a polícia dominam todos os aspectos da vida portuguesa. O regime não caiu, porque o povo português perdido entre a Espanha franquista e o mar, totalmente inerme, não conta nem com um passaporte para poder escapar. Não pode contar com armamento, porque as potências amigas de Salazar tal não acham conveniente. Também não pode obtê-lo através das Forças Armadas, porque os chefes militares foram severamente selecionados e transformados em "clientela", largamente privilegiada. Por outro lado, as "leis de segurança" produziram uma atmosfera de resignação e de medo. Estas leis facultam a prisão, por tempo indeterminado, de qualquer pessoa, apesar da falta de provas e não obstante a absolvição dos famosos "tribunais plenários" que julgam — e de que maneira!! — as causas políticas. A arbitrariedade preside à vida pública e privada. Os "inimigos" do regime — e qualquer motivo serve para a classificação, se algum grupo poderoso nisso tiver interesse — são expostos a toda a classe de pressões por parte do governo, desde os dirigentes sindicais (dos sindicatos organizados pelo governo, e dirigidos por entidades nomeadas) até aos industriais e aos banqueiros. E, por cima de tudo isto, o cinismo dominante, aliado à insegurança total, minou calculadamente a fé do povo nas virtudes cívicas e na dignidade das atividades políticas que vê reduzidas ao nível de meras negociatas de ocasião.

De origem humilde, nascido na Beira, uma das províncias mais atrazadas do país, Salazar estudou num seminário, numa época em que a Igreja se havia oposto, com absolutismo político, a qualquer progresso democrático. Mais tarde passou pela Universidade de Coimbra (velho centro da reação), até que, em 1927, foi chamado pela ditadura militar para "salvar" as "desastrosas" finanças da República.

DE ONTEM PARA HOJE

Em 1926, o general Gomes da Costa estabeleceu uma ditadura militar, com o fim de "sanear a vida pública" e de suprimir as "perturbações" causadas pelas lutas interpartidárias. Teve o apoio da direita republicana, dos monárquicos (que sempre haviam conspirado contra a República de 1910) e — sem que o soubessem — dos elementos reacionários que começavam a organizar-se em oligarquia financeira. Esse jogo perigoso teve, como imediata consequência, o monopólio dos tabacos — que havia causado, desde a monarquia, a queda de vários governos —, e derrubou Gomes da Costa, por haver-se negado a assinar o contrato exigido. Para assiná-lo, subiu ao poder, numa revolução de palácio, o general Carmona, que ficou ao serviço dos banqueiros. Estes, mediante uma política de agiotagem, como intermediários do comércio internacional de divisas, deram o tom da realidade financeira do país.

1927

Todavia, faltava o homem capaz de transformar aquela política de moeda forte, em sistema de govêrno. A oligarquia financeira deu-se à tarefa de criar as condições para a chegada do "salvador", e produziu uma fuga artificial de capitais e uma orquestrada campanha de opinião pública (bem fácil, num país onde a incipiência da vida económica colocara toda ou quase toda a imprensa nas mãos dos grupos financeiros). Em 1927, Salazar foi nomeado ministro das Finanças, com plenos poderes de fiscalização sobre gastos públicos. Não tardou a chegar a Presidente do Conselho, relegando Carmona ao papel decorativo de Presidente da República.

Durante dez anos, até à crise da Guerra de Espanha, Salazar governou discricionàriamente, e contou com o apoio da Igreja Católica, a troco de uma influência que, cauteloso, Salazar nunca lhe entregou por completo. Por isso a ostensiva da (em oposição), no primeiro plano da vida pública, constituiu um sucesso da maior importância.

Até à guerra de Espanha, houve várias tentativas revolucionárias, por parte de elementos na maior parte ligados ao antigo regime republicano, tentativas que foram violentamente sufocadas. Nos anos 30, Salazar enfrentou pela primeira vez uma oposição séria e verdadeiramente clandestina. Por isso, era da maior conveniência para o regime uma Espanha de extrema-direita; e é de Portugal que parte o general Sanjurjo, exilado, para chefiar o golpe (o avião caiu e incendiou-se, e a chefia passou a Franco) e partem, esvasiando-se os quartéis portugueses, as primeiras armas e os primeiros "voluntários" Desde então, a política de Salazar concentrou-se no "anticomunismo" que lhe servia de argumento para rotular de comunista qualquer elemento assinalado como inimigo do regime.

DEPOIS DA GUERRA DE ESPANHA

Logo foi criada a "Legião Portuguesa", organização fascista, em cujas fileiras eram obrigados a servir funcionários públicos e de grandes empresas particulares. A juventude foi forçada a adoptar o programa da "Mocidade Portuguesa", desde a escola primária à secundária, sendo optativa apenas a participação dos universitários (o que é ainda uma maneira habil de distinguir os oposicionistas). Trata-se de uma organização promilitarista, que oferece aos filhos das altas personalidades certos prazeres desportivos como a vela e o hipismo; os jovens de condição modesta, operários e camponeses, são excluidos desses prazeres superiores, o que mais firma um espírito de casta, entre os que são destinados a preencher os mais rendosos ou influentes lugares públicos.

O "statu-quo" financeiro piorou a situação económica da classe média e impôs ao povo trabalhador uma atividade exaustiva, com corolários, vantajosos para a despolitização, de desnutrição, doença e incultura.

Salazar aproveitou a crise da Guerra de Espanha para firmar o seu governo e para completar a estrutura da sua Gestapo. Da mesma forma, aproveitou a Segunda Guerra Mundial, durante a qual manteve uma neutralidade ao serviço do Eixo Roma-Berlim, para criar entre as potências uma posição garantida pelas vantagens das importantes posições estratégicas que são alguns dos territórios portugueses. Todavia, o final da guerra foi duro para Salazar: com efeito, dado o clima de luta contra o nazi-fascismo, já não podia servir-se da confusão habitual para arrumar todos os oposicionistas no denominador comum do "comunismo".

A derrota do nazismo fez tremer o seu governo; mas ele, num discurso sensacional, prometeu eleições livres. O povo exigiu-as numa manifestação impressionante de oposição que assustou as potências

(Continua na 2.a página)

HOMENAGEM A ALVARO LINS

O "CENTRO REPUBLICANO PORTUGUÊS", o "COMITÊ DOS INTELECTUAIS E ARTISTAS PORTUGUESES PRÓ-LIBERDADE DE EXPRESSÃO" e o jornal "PORTUGAL DEMOCRÁTICO" convidam os seus associados, membros e assinantes a participarem do banquete de homenagem ao Embaixador dr. Álvaro Lins, o qual se realiza às 20 h 30 do dia 9 de abril, no restaurante do Palácio Mauá, em São Paulo.

UMA DITADURA DE JURISTAS

(Conclusão da 1.a página)

e os grupos financeiros. A repressão foi implacável. Desde esse momento, rodeado de oportunistas, a agressividade e a violência salazaristas foram tomando um aspecto defensivo. E novos sectores se somaram à oposição.

HUMBERTO DELGADO

As crises motivadas pela sucessão no decorativo cargo de presidente da República demonstraram que o país na sua totalidade, embora por motivos diversos, se opunha ao "Estado Novo". A candidatura do General Delgado alcançou tal magnitude, que Salazar (contra a sua política de nada fazer que dê escândalo público, não vacilou em mandar metralhar o povo de Lisboa e do Porto, proibindo os anúncios fúnebres com os nomes dos mortos, e dando aos lojistas, cujas vitrinas haviam sido estilhaçadas nos tumultos, escassas horas para repô-las.

Apoiado por todas as correntes políticas, como o homem do momento para derrubar Salazar, Delgado apresentou-se às eleições, as quais, facto sem precedentes, tiveram uma elevadíssima media de votantes. O povo sabia que os cadernos eleitorais estavam viciados e que a oposição não participaria na contagem dos votos. Apesar de tudo, foi às urnas, numa temerosa manifestação de força.

O FUTURO

Começado o escrutínio e comprovada a ampla vitória de Delgado, apesar de todas as viciações (que não funcionaram, por a paixão que varreu o país ter alterado a eficiência delas), os resultados foram invertidos e os votos queimados. As prisões sucederam-se a um ritmo jamais visto. E a Constituição foi modificada para tornar indirecta a eleição do Presidente da República.

Actualmente, nenhuma corrente escapa à violência do regime, desde os oficiais do Exército aos chamados católicos progressistas (muitos dos quais de progressistas só têm o estarem na oposição). Salazar continua no poder, defendido por ninhos de metralhadoras e por cercas de cabos de alta tensão, na sua residência privada. Joga, despreocupadamente, com a "guerra fria" que o mantém no poder, e prepara-se para a "coexistência". Ele próprio o disse à clientela: a palavra de ordem é aguentar. E, entretanto, o povo português espera.

DA BAHIA A SÃO PAULO PASSANDO POR COIMBRA...

Na altura do Colóquio Luso-Brasileiro da Bahia, circularam os versos que abaixo se reproduzem, o que provocou, então, gostosas gargalhadas entre os que se deslocaram a Salvador. Entretanto, de Coimbra, "um leitor amigo" manda-nos os versos, já que não os viu em nossas colunas, embora os tenha lido na Lusa-Atenas... Neles a glosa é... o prof. Pimpão, literato que, além de burro, é salazarista — o que é a pior coisa que pode acontecer em Portugal.

Dizem os versos:

Álvaro Júlio da Costa
e Pimpão por apelido,
tão douto historiador
quanto pimpão convencido,
Álvaro Júlio da Costa
de ter idéias não gosta.

O douto Pimpão que ensina?
Que ensina o douto Pimpão?
O Pimpão ensina história
com uma grande erudição.
Mas lá de idéias não gosta
o Álvaro Júlio da Costa.

Que história ensina o Pimpão?
O Pimpão que história ensina?
A das letras portuguesas,
coisa séria, coisa fina.
Mas ter idéias não gosta
o Álvaro Júlio da Costa.

É Pimpão proveito e exemplo
dos ofícios que há no Templo
da douta sabedoria.
Em vez de idéias dá murros...
E que ciência há nos urros
com que liquida a poesia!

Também a prosa não escapa
a tão férrea inquisição:
a torniquetes austeros
liquida-a o douto pimpão.

E muito mais liquidava
se pudesse e o deixassem
Que ficaria das letras,
se muito a sério o tomassem?
Palavras? Nomes e datas?
Nem tanto ficava, não:
que esses malandros que escrevem
metem idéias em tudo!
Eis o temível canudo
que mais irrita o Pimpão!
Ter idéias — isso, não!
Álvaro Júlio da Costa

O PROCESSO DO «NEW STATESMAN»

Conforme noticiamos oportunamente, o conhecido jornal londrino "New Statesman" publicou há meses um artigo sobre as torturas praticadas pelos agentes da PIDE sobre os presos políticos, citando os nomes dos "funcionários" da gestapo lusa Raul Rosa Porto Duarte, Fernando de Araújo Gouveia e José Gonçalves — os quais moveram um processo ao semanário inglês — por difamação!

Ora, acontece que a nossa prezada colaboradora D. Maria Archer publicou recentemente o livro "Os últimos dias do fascismo português", que é, como sabem os que já o leram, uma reportagem documental, histórica, dum célebre julgamento político realizado em Lisboa, e em que os atropelos à justiça se evidenciam com toda a hediondez habitual dos julgamentos salazaristas. O funcionário da PIDE que organizou o processo descrito na obra de Maria Archer é exactamente o mesmo Porto Duarte que processa o "New Statesman" por difamação, e é o mesmo que comandou, em Lisboa, o assalto á residencia da escritora Maria Archer. Eis porque Maria Archer e o seu livro "Os ultimos dias do fascismo português' editado em São Paulo, podem testemunhar neste processo a decorrer em Londres.

A escritora Maria Archer recebeu dos advogados de "New Statesman" a seguinte carta de que damos a tradução:

«Stanley e Co
42 Gracechurch Street
London E. C. 3.
Mrs. Maria Archer
Estimada Senhora

Lamentamos não poder escrever-lhe em português mas esperamos que lhe será possível ler esta carta em inglês ou fazê-la traduzir. Nós somos advogados, no foro inglês, do bem conhecido semanário inglês «New Statesman».

Este jornal publicou vários artigos criticando ou atacando o atual regime em Portugal e em consequência disso três funcionários superiores da PIDE abriram, sob instruções do Governo Português, um processo nos Tribunais ingleses contra o «New Statesman. Esses funcionários são Raul Rosa Porto Duarte, Fernando de Araujo Gouveia e José Gonçalves.

Escrevemos-lhe porque, apesar de não lermos português, alguém nos informou da publicação do seu livro «Os últimos dias do fascismo português», em que é descrito o julgamento de Galvão e outros réus políticos.

A questão com o nosso cliente deriva do jornal ter descrito esses três funcionários da PIDE como torturadores e nós, portanto, procuramos, se possível fôr, provar a verdade dessa acusação.

Extractos do seu livro foram traduzidos para nós e compreendemos que alguns dos acusados do julgamento nele descrito sofreram torturas e humilhações, etc., estiveram no «segredo», foram submetidos ao tormento da «estátua», tomaram drogas maléficas, etc.

Ora, para nós seria desejavel provar esses casos ou os depoimentos que são expostos no seu livro.

Por isso, gostariamos de saber se os seus descritivos são inteiramente reais, baseados em factos vistos e ouvidos e notas tomadas na ocasião, o que nos seria muito útil neste caso que estamos tratando, ou se devemos considerar que o seu relato é simplesmente uma exposição literária do que lhe informaram sobre o julgamento.

Lemos no livro que a senhora assistiu pessoalmente ao julgamento do começo ao fim, que, como jornalista, tomou notas durante as audiências dos depoimentos de testemunhas, réus, etc. dos discursos dos advogados e das palavras dos Juizes e do Promotor, etc., notas estas que constituem a base do livro. Se assim foi, será possível à senhora provar satisfatóriamente num Tribunal nosso que o seu livro é um relato exato do que ocorreu no julgamento, dando provas sobre as torturas e humilhações sofridas pelos acusados, que seriam então admissíveis e nos dariam razão.

Gostariamos particularmente de obter informações sobre estes três funcionários da PIDE que levantaram a questão contra o «New Statesman». Quer-nos parecer que Porto Duarte é uma das figuras principais do julgamento de Galdoprocesso contra os acusados.

Devemos esclarecer que a questão só terá inicio dentro de um ano aproximadamente, mas gostaríamos de reunir ràpidamente as informações e provas que houver. Ficar-lhe-íamos muito gratos se nos escrevesse acerca do assunto desta carta e dando-nos quaisquer outras informações que julgue nos fôssem úteis.

Terá a senhora ainda os apontamentos originais do julgamento?

Sinceramente

Stanley.»

Tranquilizem-se os advogados do «New Statesman.» A escritora Maria Archer acompanhou realmente e pessoalmente todo o processo Galvão e escreveu «Os últimos dias do fascismo português» sobre as notas tomadas durante as audiências. Escreveu um livro que é, todo êle, como um testemunho ajuramentado e em que as acusações a Porto Duarte aparecem em cada audiência. Ela pode ser ouvida, ao abrigo da liberdade brasileira, e testemunhar sobre a forma como se faz, em Portugal, «justiça» aos presos políticos. E' ela uma testemunha autêntica, talvez a única de nacionalidade portuguesa, que Salazar não pode atemorizar para a impedir de depor. Talvez seja ela a unica testemunha portuguesa em condições de depor livremente neste processo. Garante a sua liberdade o regime democrático do Brasil.

Apelamos daqui para quaisquer portugueses residentes no Brasil ou noutros países e que possam fornecer elementos de prova ao «New Statesman», a fim de que escrevam para esse jornal, certos de que no Brasil ou em qualquer país democrático nada de mau lhes pode acontecer por acusarem a ditadura salazarista.

Verificamos, gostosamente, que um livro publicado em São Paulo a expensas dum grupo de idealistas democratas serve á defeza dum grande jornal londrino e, através dele, leva para a arena europeia uma arma de combate ás ditaduras forjada na democracia brasileira.

"MOVIMENTO 12 DE MARÇO"

Ocorreu no passado dia 12 de Março, o primeiro aniversário da tentativa revolucionária animada por dezenas de democratas portugueses, com vista a derrubar o governo ilegal, discricionário e criminoso do ditador Salazar.

Infelizmente, o movimento não foi coroado de êxito, conforme os anseios de todo o País, do Minho a Timor, e inúmeros dos democratas que nele participaram foram presos, encontrando-se nas masmorras salazaristas, onde esperam julgamento.

Na oportunidade da data histórica que ficará para sempre gravada nos anais da luta contra o fascismo de Salazar, oferecemos aos democratas portugueses encarcerados a expressão da nossa mais segura solidariedade, ao mesmo tempo que saudamos também um dos chefes do **Movimento 12 de Março**, o Major Luís C. Calafate, que prossegue na batalha anti-salazarista, agora chefiando a Junta Patriótica Portuguesa, na Venezuela.

AOS INTELECTUAIS PORTUGUESES

Portugal Democrático, único órgão não censurado da Oposição a Salazar, abre a todos os portugueses as suas colunas, chamando especialmente a atenção dos escritores, jornalistas, professores, cientistas, etc., a fim de lhes indicar que será com a maior satisfação que publicaremos os seus trabalhos sôbre o Portugal de hoje — e o de amanhã.

A todos, sem opção por qualquer corrente de idéias, oferecemos fraternalmente as nossas colunas, bastando que nos enviem os seus originais com a indicação de que a colaboração deve ser assinada ou publicada anonimamente.

O TERROR POLICIAL CONTRA A DEMOCRACIA

Se a fuga dos quatro patriotas portugueses, comandada pelo jovem arquiteto Horacio Grandim, da cadeia da rua do Heroismo, no Porto, e a fuga de Manuel Serra, de um hospital de Lisboa, causam comentários em todo o País, maiores comentarios causa ainda a dos dez patriotas encarcerados na Fortaleza de Peniche, durante um comício da União Nacional naquela vila e nas barbas da Legião Portuguesa, da Guarda Republicana e dos cachorros da PIDE. Sabem-se agora os nomes desses dez patriotas, que são: Alvaro Cunhal, Jaime Serra, Joaquim Gomes, Francisco Miguel, Guilherme da Costa Carvalho, Pedro Soares, Carlos Costa, Francisco Martins Rodrigues, Rogerio de Carvalho e José Carlos.

A recuperação para a luta desses dez valorosos patriotas, que em conjunto cumpriram 77 anos de prisão, é saudada por todos os portugueses anti-fascistas, que, de mão em mão, fazem circular copias de um manifesto em que afirmam sua determinação de lutar pela restauração em Portugal de um regime de liberdade e de legalidade, manifesto divulgado no proprio dia da evasão.

Mas o alarme dos cachorros da PIDE, provocado por essas fugas sensacionais, aumentou ainda mais, **agora que se sabe da evasão de mais três patriotas portugueses** de uma outra cadeia da PIDE. São eles, Manuel dos Santos, Adelia Terruta e Dinis Miranda.

O dia da Libertação de Portugal avizinha-se a passos de gigante. Nada podera detê-lo.

QUANDO OS LOBOS JULGAM

Entretanto, continuam os julgamentos em Tribunal Plenário dos patriotas portugueses que, por todas as formas, dizem Não ao regime fascista de Salazar. Em meados de Dezembro, em Lisboa, foram julgados no Tribunal Plenário da Boa Hora, sob a presidência do desembargador dr. Silva Caldeira, os srs. Marcos Manuel Rolo Antunes, Mário Pedroso Gonçalves, Carlos Alberto Jorge, Nórton César Nobre, José Olaio Valente, Justino das Neves Mascarenhas, Carlos Paredes, Francisco Dias da Cruz, António dos Reis Madeira, Manuel Araújo Rodrigues, Armando Simões Gravato, Manuel Torres Alves Pedra e António Santiago Barão Carapinha, todos acusados de actividades subversivas.

Houve a habitual **condenação a medidas de segurança** em seguimento a pesadas penas de prisão, isto é, a condenação a prisão, que seria perpetua, se os dias do odioso regime fascista português não estivessem contados.

A falta de espaço nos impede a transcrição de outros processos de patriotas anti-salazaristas, o que faremos no proximo numero.

ENQUANTO HOUVER UM PORTUGUÊS SEM PÃO

Um dois mais belos efeitos de oratoria do professor (em letras gordas) de Santa Comba era a frase "Enquanto houver um português sem pão a Revolução continua" que andava colada em cartazes e pintada em paredes de ponta a ponta de Portugal. Isso era no tempo em que o senhor professor doutor Antonio de Oliveira Salazar recebia aulas de propaganda do gordo Antonio Ferro que sabia, como ninguem, fazer a festa e deitar os foguetes. Agora, com os Moreira Batista, a coisa vai mal, muito mal. Há fome, não há festa, e os foguetes acabaram. E a Revolução... cruzes, credo, te esconjuro!

Isto vem a proposito de uma noticia publicada no semanario "Vida Regional", de Coimbra, em sua edição de 6 de fevereiro ultimo, sob as vistas e com a aprovação da Censura. A noticia diz assim:

"Os médicos veterinários municipais do serviço externo de Lisboa aprovaram para consumo, durante o mês de Setembro do ano último, nos postos de concentração dos produtos entrados para consumo na cidade e nos mercados e outros estabelecimentos, os seguintes produtos:

Carnes e produtos derivados, 267.368 quilos; Peixe e marisco 5.385.760 quilos; Ovos, 170.306 quilos; Lacticinios, 225.226 quilos; Criação e caça, 3.721 peças.

Se se estimar a população de Lisboa em 1.000.000 de habitantes, cada lisboeta consumiu assim, em média, durante o mês de Setembro cerca de um quarto de quilo de mais de meio quilo de peixe e marisco, um quinto de ovo e quase exactamente um quarto de quilo de lacticinios."

Se atentarmos no fato de que o **vestigação policial e a preparação operario de Lisboa almoça habitualmente um pão de meio quilo com uma sardinha ou um pequeno pedaço de queijo, apenas, e um copo de vinho tinto,** vemos que o titulo da noticia está errado neste pormenor: uns lisboetas comeram um pouco mais de duzentas e cinquenta gramas de carne, e outros não comeram nenhuma. E ainda os «bons portugueses» do Brasil andam comparando a crise economica neste país com a "fartura" de Portugal.

XXX

A JUNTA NACIONAL DE LIBERTAÇÃO vem distribuindo boletins em todo o territorio português esclarecendo a opinião publica sobre os movimentos visando a conquista das liberdades democráticas, em Portugal. Essa Junta, que reune pessoas das mais diversas tendencias politicas, unidas pela decisão comum de derrubar o regime fascista de Salazar, divulgou, em um dos seus ultimos boletins, algumas iniciativas da classe operaria, em prol do reajuste de salarios e melhores condições de trabalho. Assim é que:

- Os metalurgicos da Covilhã foram ao sindicato reivindicar aumento de salarios.
- Os corticeiros de Silves e os curtidores de Alcanena também reivindicaram perante os respectivos sindicatos, aumento dos salarios.
- Os operarios da Fabrica Portuense de Tabacos conseguiram evitar o fechamento da fabrica.
- Os texteis do Porto continuam recolhendo assinaturas para a exposição da classe exigindo aumento dos salarios.
- Os operarios da fabrica textil Torcato Ribeiro (Hortas) de Guimarães recusaram-se a assinar um documento que lhes era imposto pelos patrões, mediante o qual eles declaravam que passariam por sua livre e espontanea vontade a trabalhar durante horas extraordinarias, para compensarem os feriados.

O leitor brasileiro poderá perguntar o que é que há de extraordinário em iniciativas semelhantes. A explicação é simples: iniciativas semelhantes querem dizer que **nada, nem sequer a ameaça de prisão, já consegue impedir que as classes trabalhadoras portuguesas se manifestem.** Em Portugal não há o direito de greve e qualquer reivindicação, embora justa e por mais cortês que seja sua apresentação, é considerada manobra subversiva e como tal punida pela policia salazarista.

Divulgando os fatos que apontamos, a JUNTA NACIONAL DE LIBERTAÇÃO colabora com o povo português na sua luta pela Liberdade e pela Justiça Social.

O BUSTO DO SALAZAR

A recente viagem do bem-falante Pedro Teotonio Pereira a Goa, deu a coragem que faltou durante dois anos aos fascistas locais para inaugurarem o busto do senhor professor doutor Antonio de Oliveira Salazar, que havia sido oferecido pelo jornal «Diario Popular», de Lisboa, à cidade.

Esse autentico presente de grego estava encafuado na sala do diretor da PIDE em Pangim, porque havia o receio de que, se inaugurado, os patriotas o derrubassem. Mas havia que inaugurar alguma coisa, agora, e à falta de fonte luminosa ou de cadeia publica (ja ha muitas), que se inaugurasse o busto.

E assim aconteceu. Houve discursos, vivas e foguetes.

Mas ultimamente todas as manhãs o busto aparece profanado, molhado de urina. Os cachorros da PIDE que ali passaram a montar guarda permanente, dizem que o desacato é obra do diabo, porque nenhuma pessoa se aproxima do monumento e quando alguem passa perto apressa o andar e desvia o rosto... Quem decifrará o misterio

OS GATUNOS DA UNIÃO NACIONAL

De Portugal chega nos um panfleto, impresso, com a seguinte nota: "Ao festejar-se o aniversário de Salazar, lembramos aos lacáios da União Nacional que não deixem de oferecer as assinaturas recolhidas numa salva de ouro de Penedono. E' a melhor homenagem que podem oferecer a esse "gênio" do "ressurgimento nacional". Diz o documento:

"Enquanto os gatunos da União Nacional fazem os possíveis para que Salazar continue no govêrno, ou melhor, para que continue a proteger os roubos e os crimes da quadrilha, vamos contar mais um dos inúmeros casos da política administrativa do Estado Novo e do destino que levam os dinheiros da Previdência.

Dois homens de negócios da mais pura água situacionista — Ferreira Marques e Cardoso Pinto — o primeiro presidente do Grémio das Ourivesarias do Norte e grande sustentáculo do Estado Novo no Porto, e o segundo industrial de minas, volframista de categoria e grão-mestre de negócios fraudulentos, ambos associados com o então famigerado ministro da Economia, Dr. Castro Fernandes, actual presidente da muito honrada Comissão Executiva da União Nacional, e um dos maiores traficantes da coisa pública, montaram um negócio: a exploração das minas de ouro de Penedono,que é um crime perfeito de peculato

Posição de cada um deles na constituição da sociedade:

FERREIRA MARQUES — Na qualidade de dirigente corporativo, mobilizou os dinheiros do Grém.o de que era Presiente e das Caixas de Previdência das indústrias de Ourivesaria e dos Têxteis.

CARDOSO PINTO — Proprietário dos registros das minas de Penedono, as quais não tinham valor econômico transacionavel, mas para a circunstancia serviam como fixador da especulação com dinheiros publicos. Este, mancomunado com Ferreira Marques, atribuiu ao registro das minas o valor de 20.000.000$00 que constituiu o activo imobiliário de arranque da empresa mineira.

CASTRO FERNANDES — Ao tempo da fundação da sociedade anônima era ministro da Economia. Pelo preço venal de um cheque de mil contos, foi o agente oficial do negócio, facilitando o licenciamento dos dinheiros publicos para o lançamento da sociedade, dinheiros que provieram do Grémio das Ourivesarias do Norte e da Caixa de Previdencia dos trabalhadores da mesma industria da Caixa de Previdência da Industria Textil e do Fundo de Fomento.

OLIVEIRA SALAZAR — Se mais não houve neste negócio, instigou e aprovou a entrega dos dinheiros publicos para esta empreza particular agindo como sempre, na qualidade de pai e protetor de ladrões.

Todo o capital da sociedade, accionista e obrigacionista, foi desviado dos cofres do Estado e atinge a módica soma de 100 mil contos.

Montaram a exploração das minas com luxo espaventoso, no respeitante a instalações tecnicas, afirmando com jactância que levaram ao coração da Beira a mais moderna lavaria de minério da Europa. Nunca fazem a coisa por menos. Atribuiram-se ordenados fabulosos e o próprio Salazar deu a medida do seu interesse pelo negócio, assim como alguns ministros, visitando o novo Eldorado. Um deles, Veiga Macedo, ministro das Corporações, numa das idas a Penedono, dirigiu-se numa fala paternal aos mineiros e perguntou-lhes quanto ganhavam. Um dos invectivados adiantou-se e respondeu-lhe: o salário de mineiro era de 25$00 e o dos pinchos (rapazes) de 15$00. O ministro mostrou-se fingidamente espantado com tão baixos salários e prometeu-lhes que, quando regressasse a Lisboa, tomaria providências e ordenaria um aumento. O que porém, realmente sucedeu foi a paralização da mina e a consequente redução à miséria de centenas de mineiros.

Depois de se ter moído e lavado muita pedra, e de se lançar na voragem o dinheiro que ocorria dos cofres publicos, o deficit da sociedade atingiu a cifra fabulosa de 100 mil contos, verba extraordinária, mesmo à escala das mais celebres fraudes internacionais. Chamaram tecnicos de minas ingleses para examinarem bolsas de filões do minério; mas estes declararam que tudo estava errado desde o principio, alem de que no minério extraído não existia oiro em quantidade bastante que permitisse uma exploração economica. Toda aquela montagem de cenário industrial, como muitas outras coisas a que o Estado anda ligado, foi possivel, porque o dinheiro que a alimentou não provinha de bolsos particulares, portanto, submetidos à necessidade do calculo. Era dinheiro publico, das Caixas de Previdencia dos Trabalhadores Portugueses, arrancado ao suor do Povo e fruto da ruina da classe média do Comércio, Industria e Agricultura, honesta e trabalhadora. Podia gastar-se à vontade.

O crime de lesa-Nação tinha, contudo, de consumar-se em perfeita harmonia com a ética administrativa do regime salazarista, que, para evitar escandalos, prefere não apurar responsabilidades embora tal atitude importe em maiores perdas e dilapidações. Havia necessidade de encobrir a falência da sociedade ainda que fôsse à custa de mais dinheiro. Na consecução deste objetivo, o Governo pagou a credores particulares, pagou aos que podiam protestar, ficando apenas como credores da sociedade os representantes dos organismos oficiais. Fugiram assim ao escândalo e fizeram uma concordata, praticamente, entre representantes das Entidades Oficiais roubadas, sem qualquer possibilidade de recuperação dos 100 mil contos, engenhosamente subtraidos aos cofres do Estado. Os operários e patrões lá viram sumir-se na voragem seus descontos sobre salários, que deviam ser destinados a fins sociais e de previdencia (15.000 contos da previdência Textil, 15.000 contos do Grémio dos Ourives e outras cotas da Caixa de Previdência dos operários Ourives e do Fundo de Fomento, até perfazer os 100 mil contos).

Segue-se agora nova pouca vergonha. Os homens que levaram a sociedade à falencia, sociedade que tinha girado exclusivamente com dinheiros da Nação, depois de urdirem a concordata, em familia, concussa no crime preparam-se agora para constituir uma nova sociedade, registrada em nome de Cardoso Pinto para administrar a massa falida (instalações e equipamento) e assim continuar a esbanjar o dinheiro publico.

Traz-se este facto ao conhecimento do País para que se possa julgar do risco que Portugal corre, se continuar entregue a uma Administração Publica, em crise total de ausência de ideal politico, sem princípios definidores do comportando moral dos seus agentes, incapaz de esquematizar uma ação orientadora da Grei ao nivel das necessidades do momento histórico, vazia de ideias construtivas. Mas sempre disponível e pronta a acolher propostas de fraudes e assalto à coisa publica, de mobilização dos valores nacionais para servir ilegitimos interesses privados, e tudo isto sem que o País possa exercer qualquer controle ou fiscalização.

Os diplomas legislativos que podiam permitir ao Estado uma fiscalização junto das Entidades juridicamente privadas, mas financeiramente girando com dinheiros publicos, nunca foram regulamentados para que tivessem eficiência (exemplo: o que se passa com a fiscalização das sociedades anónimas cuja lei está por regulamentar-se há mais de 20 anos). O unico vinculo destas entidades privadas com o Estado, que as alimenta com dinheiro liquido, ou lhes sanciona o goso do crédito, é a presença nos Conselhos de Administração dos representantes do Estado. Mas estes estavam nas minas de Penedono, e ali cometeu-se o latrocinio que se descreveu, e nenhum deles se atreveu a denunciar a negociata mesmo quando se sentiram comprometidos na consciência de homens com mêdo, temerosos de virem a ser chamados à responsabilidade do silêncio quer guardaram.

O que é terrível para o destino do País — o povo e os cidadãos honestos e responsáveis noã o ignoram — é que o caso de Minas de Penedono não é um caso singular. E' apenas um escandalo entre os muitos escândalos que temos a contar".

Leia no próximo número:

☆ **"O CREPÚSCULO DO DITADOR SALAZAR"**

Pelo **MAJOR LUÍS C. CALAFATE**, um dos chefes do Movimento "12 de Março"

☆ **"A QUESTÃO DE ANGOLA"**

Por **PEDRO ROCHA**

COMO SE VIVE EM PORTUGAL

O documento que hoje publicamos não é essencialmente politico. Trata-se apenas de uma carta. Uma simples carta, nada mais. Mas serve como ilustração clara de como se vive em Portugal, de como vive em Portugal o modesto empregado de escritório, funcionário público ou o empregado de comércio.

Chegou esse documento ao Brasil sob a forma de carta, dirigida a um democrata português. Carta de um amigo para outro amigo, sem destino para jornal. Solicitámos ao remetente autorização para a publicar. Foi-nos concedida, na condição de suprimirmos nomes Assim fizemos.

Muita coisa se explica do terrível processo em que estão envolvidos os humildes portugueses — o processo dos grandes e dos ricos que dominam e espezinham. O homem que escreveu trabalha numa das maiores empresas com sede em Lisboa. A empresa tem lucros anuais de muitos milhões de escudos. E, no entanto, um dos seus funcionários, que é trabalhador e honesto, não consegue um empréstimo para se livrar da fauna de credores que arranjou, depois de longo desemprego e de doenças sucessivas. É por haver Caeiros da mata, henriques tenreiro, augustos de castro com dúzias de empregos fabulosamente remunerados, que os pobres não conseguem erguer cabeça.

"Um bom cento de vezes pensei ser preciso escrever-te. E sempre e só duas coisas tenho para falar ou calar e não encontro outras que te possa dizer.

Primeira: o desconforto da vida política do nosso País com este mundo de desastres irremediáveis nos sectores da saúde física e mental, da alimentação, habitação, emancipação e dignidade de vários milhões de Portugueses.

Segunda: a minha vida pessoal, humana, atormentada de dívidas por um período de doença e outro de desemprego.

Para além desta vida que vivo, pouco mais resta que me possa ocupar o cérebro. Tenho a cabeça cheia de cuidados. Trabalho muito na jornada normal de serviço e em serões cansativos. Durmo menos do que o suficiente. Fora de trabalhar e de dormir pago dívidas, faço dívidas e faço contas.

Do dia a dia resultam apenas dores de cabeça numa continuidade sem solução. E disto que vale a pena falar-te? Não vale.

Contudo, falar-te-ei disto, não da situação política que tu bem conheces mas das minhas pequenas verdades quotidianas. Desculpa mas o desabafo será longo, idiota e desnecessário. Por uma vez comprenderás as razões por que não escrevo a quem devia escrever, porque não faço artigos de jornal e porque sou tantas vezes quase insociável. Não importa que esqueças tudo seguidamente mas terás a paciência de aturar-me durante algum tempo e de julgar-me como entenderes. Não é difícil, porque eu mesmo me julgo em vinte e oito ou vinte e nove dias de cada mês um caso sem solução. Vem um ou outro dia de esperança para logo verificar não haver meio de fugir deste remoinho.

Se eu tivesse um diário poderia arrancar dele e mandar-tas algumas folhas sobre o desastroso quotidiano. Nos últimos três meses haveria páginas como estas.

O QUE É IMPORTANTE?

A C. está grávida há quatro meses. A parte seis injecções de cálcio e dois tubos de comprimidos para combater os vómitos, nada se fez quanto a assistência. Teve uma consulta médica há dois meses, de onde a receita para o cálcio e os comprimidos. Mas agora? Estará certo aquele apetite irregular? (ora come muito, logo deixa de comer). Precisará de comprar uma cinta para a gravidez? (e onde o dinheiro para ela?) Tudo estará a correr bem? Há meia dúzia de coisas a perguntar.

O mês passado telefonei para o consultório da Dra. médica ginecologista. A primeira consulta custa 80$00. Desde então procuro ter 80$00 disponíveis sem conseguir. Isto é importante. Mas o que não é importante? O almoço? O quarto? As letras que se vencem?

Desde o princípio do ano quero comprar um fato. Tenho um, naturalmente, mas é pouco. Se fosse bom! Mas os bolsos já foram remendados, as mangas do casaco estão rotas nos punhos e as calças ponteadas e desfeitas em mais de um sítio. Como hei-de poder pagar mais uma prestação?

As prestações, só as prestações já ultrapassam o valor do ordenado. Tenho pregentemente 11 prestações a pagar em cada mês, fora todos os outros compromissos. 11 prestações!.... 200$00, 190$00, 60$00, 90$00, 284$00, 270$00, 230$00, 500$00, 200$00, 250$oo, e 210$00.

Não há em casa cinco tostões nem nada que se possa comer. Amanhã é domingo, dia impossível para se encontrar alguém a quem pedir dinheiro.

Enfim, resolve-se o problema. Arranjei 50$00 depois de calcorrear toda a tarde a bater a nove portas. Oito vezes não! Noutro dia, desalentado, teria desistido ao segundo ou terceiro dia. Mas hoje... como havia de admitir que minha mulher não tivesse amanhã que comer?

PLANO INCLINADO...

Devo sessenta e tal contos.

Vou recordar-me de que em 1948 adoeci, há dez anos. Não tinha dinheiro nem dívidas. Nos três anos seguintes gastei para curar-me mais de 25 contos. Onde os fui buscar? Ao ordenado... e aos empréstimos. O ano que antecedeu a minha ida para F. foi de convalescença. Trabalho normal, vida regrada, deitar às dez ou onze horas. Foi também um ano veloz na amortização de débitos. Quando parti devia oito contos e mais três que havia pedido para o passaporte, visto, viagem e primeiras semanas, 11 contos

Quando decidi sair de X devia 17 contos. A dívida do R.F., de que fiquei por fiador, elevava-a a 18 e tal. O dinheiro pedido para a viagem de regresso, a 19 e tal. Mais uns tostões pedidos a meu pai para o primeiro mês de quarto em Lisboa e a alimentação de uns dias — e sai do comboio na estação do Rossio com 20 contos de dívidas e 14 meses de desemprego diante de mim.

Oito meses seriam de desemprego absoluto e seis meses de semidesemprego, ganhando alguns centos de escudos como revisor supranumerário. Foram 14 meses de fome, oito irregularíssimos e seis com uma refeição por dia. 14 meses de pedidos de dinheiro a todo o mundo, incluindo os agiotas, o dinheiro de muitas dezenas de refeições gasto em anúncios inúteis no "Diário de Notícias" procurando trabalho... O diabo.

Empreguei-me, devia à volta de 30 contos. Fiz um apelo a um parente meu para concentrar as dívidas a juros normais, pagamentos mensais de500$00. Ele podia valer-me mas nem me respondeu. Outras tentativas se seguiram sem resultado. O caminho que tinha na minha frente era o de muitos compromissos imediatos, de prestações, da agiotagem, com o queimar incessante das economias de cada mês, das horas extraordinarias de trabalho, e o crescimento das dívidas, geradoras de dívidas.

Horas extraordinárias de trabalho que deviam ser de repouso, de distracção ou de estudo. Resultado: Zero.

AS PRESTAÇÕES AUMENTAM

Mil novecentos e cinquenta e oito Agosto. Decorreram anos atormentados sobre este estado de coisas. As dívidas crescem. Queria ainda agora fazer o possível por concentrá-las, diminuí-las e gastar o dinheiro não em mais juros caros e prejuízos diversos mas em pagamentos autênticos.

Parecer favorável do chefe da Secção. Pedi à Administração que me concedesse um empréstimo pelo seu Fundo de Auxílio Social, que dispõe de milhares de contos em caixa. Proposição: O reembolso far-se-ia em prestações mensais, durante alguns anos, descontadas do ordenado e dos serões extraordinários sempre que os fizesse. A favor do Fundo de Auxílio Social faria um seguro de vida para garantia de reembolso em caso de morte.

Negativa absoluta da Administração.

Eu conseguiria manter quietos 30 contos com o simples pagamento de juros não muito elevados, mas não consigo deter as consequências de 30 e tal contos de dívidas podres.

Ganho 2.300$00, líquido 2.027$00. As despesas cresceram. Somos dois. Daqui a pouco seremos três. Vivemos num quarto. Um quarto "para casal, com serventia de cozinha", etc., é mais caro, muito mais, do que para "cavalheiro empregado" que saía cedo e entrava tarde Pago..... 500$00, mais 30$00 para ajuda do gás.

Portanto: quarto, 530$00; alimentação dos dois, 900$00; despesas de vestuário, média, 300$00; despesas pessoais para tabaco, café, jornal, eléctricos e autocarros, engraxador, pasta dentífrica, lâminas, sabão para a barba, etc., 270$00. Soma: 2.000$00

(A propósito: Como vivem os casados, com filhos, que ganham 1.000 ou 1.200$00 mensais? Suponhamos que eles têm uma casa de renda antiga, que têm hóspedes a deitar por fora e para a renda da casa pagando portanto, relativamente pouco. Risquemos o problema da casa Mas como vivem eles, as mulheres, os filhos pequenos, que ganham nada, ou adolescentes ganhando 150, 200 ou 300$00 mensais? Como vivem? Na porcaria sabido, mas ainda assim...)

REDUZIR, REDUZIR, REDUZIR

Nos meus 2.000$00 tudo está comprimido. A verba do vestuário não é grande (150$00 para cada, é pouco. Um fato por ano leva a minha parte). E até a verba das despesas pessoais, nove miseráveis escudos por dia, é na maior parte despendida nos transportes (o pouquíssimo tempo livre não me deixa andar muito a pé). Cigarros fumava um maço por dia. O maço passou para dois dias, três e agora quatro. De três cafés diários baixei para um. E em casa?

Nos últimos dois anos de solteiro, bebia meio litro de vinho a cada refeição. Diminui para metade. A C. não bebe,

Tudo vai subindo. Fala-se nos prometidos aumentos de Janeiro e os géneros vão subindo... por conta. Poucas vezes comemos carne e destas, raras vezes de boa qualidade. A minha mulher não compra postas de pescada de sete ou oito escudos. Comemos fruta sempre que está em conta mas não quando está cara. Na nossa alimentação predomina o peixe mas não das qualidades melhores. Em resumo: comemos com abundância; a qualidade não será de terceira classe mas não é de primeira; a variedade tem de ser francamente pequena. Josué de Castro, no seu livro extraordinàriamente grande "Geopolitica da Fome", teria ainda assim de nos incluir no meio de grupos de várias carências alimentares...

E os gastos extraordinários? Doenças, medicamentos...

(E a pergunta vem e revém: Como vivem as famílias com um conto e tal?)

Uma casa? Como poderei ter uma casa? De renda antiga com 30 contos de indenização? (Se eu não tenho trinta escudos...) De renda actual, 1.000, 1.200$00? Como pode admitir-se um nível razoável de vida numa capital onde a grande maioria dos ordenados são de um conto e tal e onde as rendas de casa custam também um conto e tal? Digamos: Renda de casa = ordenado médio — 300$00.

Não posso ter uma casa. Estará certo admitir como razoável a minha vida, a da mulher, do filho ou dos filhos que hão-de vir, num quarto?

Sejamos absolutamente realistas quanto às minhas possibilidades de desendividamento. Nos dois últimos anos de solteiro ganhava 2.000$00 e recebia cerca de 1.800$00 líquidos. Nessa altura, à parte os extraordinários, podia retirar do ordenado 500$00 mensais. Não é fácil mas é possível um solteiro viver mais ou menos miseràvelmente com 1.300$00 mensais. Mas acontecia, como está entendido, que as economias e os ganhos extraordinários eram queimados e requeimados na fogueira dos juros e das transacções ruinosas, constituindo assim mesmo bem pequenas achas.

Agora está dito que o ordenado líquido de 2 contos não dá para economias. Quer dizer: Preciso de um mínimo de 700$00 por mês a mais do que se fosse solteiro

Fixemo-nos, portanto, nisto:

1. O ordenado é para as despesas.

2. Não deixemos que as despesas aumentem, salvo em caso de doença.

3. Não tenhamos medo de aumentar as despesas na mesma medida em que se verifique qualquer aumento de ordenado.

Que resta então? Resta a remuneração dos serviços extra.

(continua)

"PRESENÇA DA MULHER NA PAISAGEM SOCIAL DA ÁFRICA PORTUGUESA"

A conhecida escritora D. Maria Archer profere no próximo dia 21, às 20 h 30, no **Centro Republicano Português** (Rua Conselheiro Furtado, 191, em São Paulo), uma conferência sobre o interessante tema da **"Presença da Mulher na Paisagem Social da África Portuguesa".**

Cordialmente, convidamos todos os nossos assinantes, leitores e amigos, assim como os sócios do Centro Republicano Português e, naturalmente, o público em geral a assistir a esta conferência, a realizar na data em que o Centro Republicano Português comemora 52 anos de existência.

O CLERO CONTRA SALAZAR

Paulo de Castro

O protesto de 300 sacerdotes contra a situação criada por Salazar ao bispo do Pôrto confirma a existência de uma vasta oposição à ditadura por parte de grandes setores do clero em Portugal.

Esta oposição constitui não apenas um elemento importante para a destruição da ditadura como um elemento ponderável dentro do sistema de fôrças que amanhã vai atuar num Portugal democrático.

O fato de uma parte do clero ter evoluído de uma posição de apoio ao govêrno para uma atitude de reserva e em muitos casos de franca oposição, permitirá que a Igreja amanhã se integre plenamente na vida democrática portuguêsa e nela exerça missão útil e de importância para a estabilização e equilíbrio das instituições.

O grande e tradicional conflito que existia entre o clero e os sectores liberais, tudo indica que se resolveu no silêncio da oposição, pois a Igreja verifica que a sua ligação com a ditadura, a ilegalidade e o terror comprometem o seu presente e futuro, além de contrariar os mais elementares princípios cristãos.

Para os que desejam um Portugal com liberdade assegurada para todos os cidadãos, liberdade política e religiosa e um estatuto econômico que assegure, dentro da democracia, o bem-estar para tôdas as classes e uma justiça concreta para os trabalhadores, esta atitude do clero só pode causar regozijo, regozijo que vai além de um mero elemento de oposição para se situar em linhas de futuro, pois a oposição de hoje será govêrno amanhã e com essa responsabilidade deve pensar todos os problemas.

O maior equívoco nacional, êsse conflito histórico entre a Igreja e as correntes democráticas foi, pois, em grande parte, resolvido. Hoje o clero reconhece que é num outro clima político e moral, com outras instituições e outros métodos que o país pode evoluir serenamente para soluções modernas dos seus problemas constituindo hoje precisamente a ditadura uma fonte de miséria e de opressão favorável a explosões extremistas. Existem, porém, ainda outros equívocos na ordem internacional e êsses dizem respeito principalmente à posição dos grandes países democráticos em face da ditadura.

E' um equívoco pensar que a ditadura constitui o dique a revoluções extremistas. Da mesma forma que o clero vivendo na intimidade do povo já compreendeu que isto é falso, gostariamos que os países ocidentais, e isto no seu próprio interêsse, o compreendessem sem demora..

Há mais de trinta anos o sociólogo catalão Francisco Cambó no seu estudo classico sôbre as ditaduras, assinalou com tôda a razão que elas são sempre uma fonte de desordem e algumas vêzes de outras ditaduras de sinal contrário,isto quando a tempo não desapareceram e o desespêro do povo as derruba pela violência.

Ora, em Portugal seria possível (se as grandes democracias ocidentais o quisessem) conseguir-se que com um mínimo de choques acabasse a ditadura e se iniciasse o processo democrático normal, para isso não sendo necessárias intervenções mas apenas um "conselho" dado com a necessária convicção. Bastaria a falta de apoio dessas democracias para Salazar não se manter no poder durante 24 horas.

Se essas democracias se entregarem ao comodismo de "deixar estar como está para ver como fica", é evidente que a transição para a democracia não se fará nos têrmos mais desejáveis, cabendo a essas democracias a responsabilidade por acontecimentos futuros. As democracias ocidentais têm exemplos bem patentes de que o apoio a ditaduras se traduz, mais tarde, em seu prejuizo. Se os fatos históricos têm algum valor, ao que nos parece devem antes de tudo constituir avisos, experiências e permitir formulações adequadas para o futuro.

A propaganda de Salazar diz com sua monotonia inevitável, a monotonia das fontes de Santa Comba Dão, que depois do atual govêrno virá o dilúvio. O "diluvio" no caso é o comunismo. Esta é a fábula mais bisonha inventada pela ditadura. Os comunistas são uma minoria infima que adquiriu algum prestígio em reduzidos setores exatamente pela existência da ditadura e das torturas a que são submetidos na polícia.

Se a ditadura se mantivesse por muitos anos com o apoio das democracias ocidentais, então, sim poderia haver um problema comunista ou pelo menos um problema de desespero geral de que os comunistas aproveitariam em primeiro lugar. O clero português já compreendeu isto, que não constitui, ao que parece, motivo de interêsse para os dirigentes do mundo ocidental.

De uma maneira ou de outra a ditadura será destruída, mas se isso durar muito tempo pode haver surprêsas, principalmente para os líderes ocidentais, que à fôrça de não quererem surprêsas só têm criado para si problemas no mundo inteiro.

OS TUBARÕES DO REGIME

COMANDANTE HENRIQUE TENREIRO

Depois de publicarmos as "biografias" do ex-ministro da Guerra de Salazar, Fernando Santos Costa ("o capitão que chegou a coronel sem um dia de quartel") e do excelente "almirante" Américo Tomaz, oferecemos hoje aos nossos leitores a do "comandante" Henrique Tenreiro — um dos homens mais ricos de Portugal.

Divulgando estas "biografias" que há muito correm todo o país saqueado pela quadrilha salazariana, não pretendemos tão somente atacar o regime fascista. Procuramos, antes, recordá-las à opinião pública portuguesa, para que na hora própria se proceda à indispensável devassa das fabulosas fortunas acumuladas pelos melhores amigos do "honesto ditador".

Diz-se em Lisboa que Henrique Tenreiro já pôs a bom recato, em bancos suiços, parte dos seus dinheiros. Mas não terá levado tudo... Eis o que a respeito do destacado personagem do regime fascista se escreveu na publicação "Portugal regressa ao mar", a qual "pretende contribuir modestamente para a divulgação da obra imensa que vem sendo realizada pelo "almirante Américo Tomaz". Salienta ainda que o riquíssimo "marinheiro" concretizou uma "obra providencial", de "inapagável projeção", fala da sua "atuação dinâmica" e da "dedicação extrema" do "grande animador do ressurgimento da pesca", dos "brilhantíssimos resultados" que logrou (em seu proveito, claro), etc., além de pormenorizar as "16 condecorações" do "comandante".

E acrescenta (pg. 47):

"Por outro lado, é indicativa da intensíssima atividade do sr. comandante Tenreiro a seguinte lista das funções que desempenha na atualidade:

Comandante da Brigada Naval, Deputado pela província do Algarve, vogal da Junta Central das Casas dos Pescadores, Vogal da Junta Central da Legião Portuguesa, Presidente da Comissão Concelhia da União Nacional, — Lisboa, Vogal da Comissão Executiva da União Nacional, Presidente da Comissão Administrativa da U.N., Delegado do Governo — Grémio do Bacalhau, Delegado do Governo — Grémio do Arrasto, Delegado do Governo — Grémio da Sardinha, Delegado do Governo — Grémio da Baleia, Delegado do Governo — Grémio da S.N.A.B., Delegado do Governo — Grémio da S.A. P.A., Provedor da Misericórdia de Almada, Presidente da Comissão Municipal de Assistência de Almada, Presidente da Federação Portuguesa de Vela, Vogal do Comité Olímpico Português, Vogal do Conselho da Ordem de Benemerência, Vogal do Conselho da Cruz Vermelha Portuguesa, Delegado do Governo — Mútuo do Bacalhau, Delegado doGoverno — Cooperativa do Bacalhau, Delegado do Governo — Mutuo do Arrasto, Delegado do Governo — Cooperativa do Arrasto, Delegado do Governo — Mútuo da Sardinha, Delegado do Governo — Cooperativa da Sardinha, Delegado do Governo — Mútuo dos Pescadores, Vogal da Comissão Central de Pescadores, Vice-Presidente da Direção da Liga dos Amigos dos Hospitais, Presidente do Conselho Executivo da Asso. Naval de Lisboa, Presidente da Ass. dos Escoteiros de Portugal, Pres. da Assembléia Geral da Ass. Desportiva da B. N., Vogal da Obra Social da Fragata "D. Fernando", Pres. da Direção da Casa de S. Vicente, Vogal da Acção Social da Armada, Pres. do Cons. Administrativo do "Diário da Manhã", Pres. do Cons. Administrativo de "A Voz", Pres. da Direção da Cantina da Armada e da Brigada Naval, Pres. da Dir. da Cooperativa da Armada e da Brigada Naval, Del. do Gov. no Gabinete de Estudos das Pescas, Comissão do Atlântico Norte, Vogal da Com. do Socorro Social, Pres. da Assembléia Geral do Grupo Desportivo da Casa dos Pescadores da Caparica, Pres. da Com. Administrativa do Fundo de Renovação e de Apetrechamento da Indústria da Pesca e Presidente da Direção da Casa do Marinheiro".

Nesta significativa lista, o escriba (que pertence naturalmente aos "quadros redatoriais" do "Diário da Manhã" ou de "A Voz") esqueceu apontar a quanto montam os honorários mensais do intrépido mareante... Nem era preciso: os luxuosos prédios que adquiriu em Lisboa e a multiplicação dos capitais em dezenas de sociedades, nomeadamente nas de pesca (de que é sócio e... delegado do "governo"!), são mais eloquentes do que os próprios números.

De resto, o infatigável "comandante" é pessoa modesta, a tal ponto que a folha 47 desapareceu da obra "Portugal regressa ao mar". No entanto, os interessados podem ver a "versão original" na Redação de Portugal Democrático"...

Um esclarecimento do Dr. Manuel Sertorio

A notícia do número de Janeiro desse valoroso órgão do anti-fascismo português que se refere ao meu exílio não é completamente verdadeira, certamente por errada informação que, se me tivesse sido pedida, prontamente teria sido prestada com a inteira verdade que sempre deve acompanhar toda a atividade e informação políticas.

Como pessoalmente vos referira já no mês passado por altura da primeira conferência sul-americana pro anistia e ainda há dias relatei à reportagem de "Última Hora", a P.I.D.E. havia determinado a minha detenção por razões políticas diversas daquelas que depois, como em outros casos tem sucedido, seriam para isso pretextadas.

As verdadeiras "razões" eram, fundamentalmente, duas: primeira, a de incomodar a polícia a frequência das minhas intervenções profissionais no Plenário de Lisboa, sempre gratuitas como sucede com a maior parte dos advogados que ali pleiteiam, e a insistência com que denunciava o carácter de excepção das leis e dos tribunais repressivos e os vícios da instrução e julgamento dos processos, sendo tanto maior o incômodo da polícia quanto as minhas intervenções eram no último ano, talvez, as mais assíduas das dos advogados da comarca e de tal maneira objetivas e certeiras que muitas vezes recebiam elogios do presidente do tribunal desembargador Silva Caldeira, feitos, possivelmente, sem qualquer sinceridade mas demonstrando sem dúvida o carácter juridicamente pertinente das minhas alegações; a segunda "razão", que seria a decisiva da minha detenção, foi o papel que desempenhei na magna assembléia democrática de Braga, realizada em 15 de Novembro, em que apresentei uma moção, perante os seiscentos oposicionistas de todas as correntes que ali se haviam deslocado, propondo a imediata organização de comissões sem qualquer carácter descriminatório para os trabalhos eleitorais com vista ao acto de Outubro do próximo ano, moção que foi aprovada por unanimidade e em sequência da qual foi eleita uma comissão de cinco membros, de que fiquei fazendo parte, com a incumbência de coordenar na escala nacional os futuros trabalhos pré-eleitorais.

Outros teriam de ser, é claro, os "fundamentos" de minha prisão.

Lembrou-se a polícia de que, em Abril do ano passado, circulara por todo o país um documento dirigido ao Dr. Oliveira Salazar e assinado por 101 cidadãos da capital, quasi todos profissionais liberais e entre os quais eu me encontrava, requerendo a demissão do destinatário quando, naquele mês, atingisse os 70 anos. Não reagira então a polícia, perante a qualidade e número dos signatários do documento e a repercussão alcançada pelo mesmo em todo o país. Desistindo de atacar o contexto do documento, resolveu a P.I.D.E., ao fim de seis meses, logo após a reunião de Braga, atacar a publicidade dele, tendo para tanto arrancado a subscrição de um preso político, Domingos Martins de Carvalho, de "declarações" forjadas pela polícia segundo as quais ele era comunista e, porque havia sido também signatário do documento, nele tinha aposto a sua assinatura a meu pedido. Tanto bastou para que no processo em curso contra aquele democrata, que corria sob n.o 147 pelo 2.o Juizo Criminal, o inspetor da P.I.D.E. Falcão, com o sacramental acôrdo do diretor, houvesse tirado a conclusão "lógica" de que o documento fora posto a circular pelo P.C.P., sendo certa a minha responsabilidade nessa difusão e ordenando-se por isso a minha detenção por crime contra a segurança interna do Estado.

Não contava a polícia que eu tivesse conhecimento do processo a que me referi no próprio dia da sua chegada ao tribunal; no entanto, foi isso que sucedeu, pois para alguma coisa me serviria passar três tardes por semana pleiteando no Plenário...

Por outro lado, sabendo bem a P.I.D.E. que eu não era comunista mas apenas um oposicionista que lùcidamente considera necessário o concurso do P.C.P. para derrubar o fascismo no nosso país, poderia protelar a minha detenção por alguns dias pois eu não tinha a possibilidade de continuar a luta na clandestinidade. Assim, a polícia deixara passar um sábado e um domingo. Na segunda-feira seguinte saí de casa e na terça, dia 1.o de Dezembro, refugiei-me na residência do Ministro do Uruguai, Dr. Pedro Brugnini.

Prontamente aquele diplomata me acolheu, primeiramente em sua residência, onde permaneci dois dias, e depois, porque tem esposa e oito filhos, em alojamento do Hotel Eduardo VII, a 50 metros de sua residência, por ele alugado em seu próprio nome e no qual pernoitámos ambos nos dois dias que precederam a minha partida para Montevideo. Diante de testemunhas o ministro uruguaio afirmou que nem por 1 minuto duvidara das minhas declarações, não obstante as declarações opostas que lhe foram feitas pelo ministro Marcelo Matias e pelo então secretário geral do ministério dos estrangeiros, Norton de Matos, os quais, temendo o escândalo internacional de mais um asilo político, lhe diziam tratar-se de uma ordem de Moscovo para oposicionistas conhecidos pedirem infundadamente asilo nas representações diplomáticas sul-americanas e, indo mesmo mais longe do que haviam ido no caso do general Humberto Delgado, lhe declararam por escrito, segundo fotocópia em meu poder, que "nada

(Conclui na pág. 6)

CUNHA LEAL ACUSA!

ALBERTO VILAÇA

A excelente revista de cultura "Vértice", que se publica em Coimbra, incluiu em seu n.o 195 (dezembro de 1959), na secção "Notas de Leitura", um artigo do dr. Alberto Vilaça sobre "COISAS DO TEMPO PRESENTE. II — Novas Coisas da Companhia de Diamantes de Angola ("Diamang"), de Cunha Leal. Edição do Autor."

Trata-se, uma vez mais, dos escândalos que a "Diamang" tem cometido, com o beneplácito e a colaboração do governo salazarista e de alguns dos seus mais eminentes vultos — pois o negócio de diamantes rende... Eis, na íntegra, o artigo do dr. Alberto Vilaça, que reproduzimos, com a devida vénia, de "Vértice":

Neste volume, insere o Eng.o Cunha Leal o texto completo do discurso que tencionava proferir na Assembléia Geral da Dimang em 30 de junho último (mas que, conforme elucida no prefácio, não lhe foi então permitido pronunciar na íntegra), fazendo-o acompanhar de alguns comentários a intervenções posteriores à sua, que reune sob a designação de "A cacafonia final", e ainda de documentos complementares.

O Autor prossegue assim o estudo de vários problemas daquela Companhia, que já fôra objeto de anteriores intervenções suas nas que trouxera a publico noutra brochura, em 1957.

Não cabe no simples âmbito duma nota de leitura como esta fazer uma análise detalhada do presente volume (1), convindo contudo chamar a atenção para alguns dos temas nele abordados: depauperamento físico, tendência emigracional e baixo nível de remuneração dos indígenas utilizados como mão-de-obra pela Companhia; o problema da instalação duma indústria portuguesa de lapidagem de diamantes, historiando comparativamente as diligências feitas nesse sentido e as condições oferecidas pelos diferentes pretendentes à respectiva concessão, que veio a ser conferida a um grupo adstrito à "Diamang"e à "Diamond Corporation", que, de Londres, quase domina o comércio mundial de diamantes e dita preços e condições à própria "Diamang"; demonstração de como esta Companhia vende os seus diamantes àquele sindicato britânico por preços muitíssimo inferiores às respectivas cotações mundiais; montante exorbitante da participação nos lucros que cabe aos administradores; prejuizos que recaem sobre os pequenos accionistas e a Província de Angola; etc.

Todas estas questões são debatidas a partir de sólidos elementos de informação e com uma capacidade de análise de notável clarividência, bem conhecida no Autor, que simultâneamente nos patenteia também uma vez mais, e sem prejuizo daquela, o seu já proverbial poder polémico.

A raridade, entre nós, de obras deste género e com a audácia que nesta perpassa (2), torna imperiosa a sua leitura a quem queira conhecer os problemas concretos nacionais, tanto mais que nela se encontram significativas implicações de caráter geral que transcendem os assuntos especificamente tratados.

Nada disto quer dizer, claro, que não haja alguns senões de pormenor a opor-lhe, os quais, afinal, radicam basilarmente naquilo a que poderemos chamar um certo "conservantismo mitigado" do Autor, que aliás aflora expressamente, embora em termos aparentemente aceitáveis, nas palavras finais do seu discurso.

Mas esse defeito é antes o melhor índice de como "em certa fase histórica" o pequeno capitalismo nacional pode encontrar-se lado a lado dos "grandes e mais imediatos" interesses nacionais dum Povo, em defesa comum contra o campo adversário dos grandes potentados internos e externos.

Trata-se duma realidade para cuja evidência — tanto pelos esclarecimentos que trazem, como particularmente pelo caso concreto em si que como motor lhes está na origem, constitutivo quanto a nós dum dos exemplos mais relevantes de tal realidade — para cuja evidência, diziamos, muito têm contribuido este e o anterior volumes dedicados pelo Autor aos assuntos da Diamang, como aliás outras suas recentes publicações versando temas econômicos e financeiros.

...Uma realidade, afinal, que permite, e até determina, consequências não já apenas económicas, mas de caráter superestrutural, como seja o paralelismo que impõe no plano das ações concretas, inclusivé numa base orgânica e de objetivos rasgados, e que todavia certos "maus-sensos" individuais se têm obstinado em não querer reconhecer, pecha aliás de que "nem sempre (note-se bem: apenas "nem sempre") o próprio Autor se libertou.

Não queremos, porém, terminar estas ligeiras reflexões sem por último acentuar uma ideia que já tivemos ocasião de ouvir o Autor patrocinar públicamente, de certo modo está já implícita em quanto acima fica dito e a que ele de novo alude quando, quase no final do seu discurso, diz que "estas minhas intervenções em reuniões da Assembléia Geral da Diamang são, bem vistas as coisas, uma das formas de que se reveste o meu combate".

Na verdade, quantas perspectivas não abrem o plano técnico e profissional, ou, de todo o modo, qualquer atividade especializada — através do esclarecimento de problemas, do despertar de consciências e da dinamização de vontades — àqueles que não podem ou não querem intervir noutros planos?

(1) O autor do artigo da "Vértice" recorre, neste passo, ao usual eufemismo: quando a censura veta, a única solução é dizer que "não cabe no simples âmbito duma nota de leitura como esta fazer uma análise detalhada"...

(2)"...Et pour cause!..."

REVOLTA EM ANGOLA?

O importante jornal «The New York Times» publicou, em sua edição de 8 de março, uma notícia, intitulada «Revolta em Angola — Dois americanos dizem que rebeldes usam armas de contrabando — Possibilidades de uma segunda Argélia». Eis, na íntegra, o texto do diário novaiorquino:

Chegou-nos ontem um relatório de dois diretores do Comité Americano para a Africa acerca da insurreição nacionalista em Angola. Eles acabaram de chegar do território português da Africa Ocidental, onde tiveram contatos secretos com grupos nacionalistas no mês passado, enquanto viajam como turistas.

Trata-se de Frank Montero, de Nova York, administrador de uma empresa de construção e anteriormente chefe da National Urban League; o outro é William X. Scheinman, de Little Ferry, N. Y., homem de negócios interessado em assuntos africanos.

Relataram uma ação armada contra a administração portuguesa e os colonos, no sul de Angola, assim como nos distritos do norte, onde a violência foi testemunada mais cedo. Para lá do rio Zaire, ao norte, está o Congo Belga, que se tornará independente em 30 de junho. Muitos refugiados de Angola conseguiram escapar para o Congo, fugindo ao trabalho forçado e à opressão policial, segundo eles declararam.

POSSIBILIDADES DE OUTRA ARGÉLIA

Scheinman e Montero são de parecer que Angola se pode tornar outra Argélia» depois de 30 de junho, se Portugal não elaborar planos para a sua independência Numa conferência de imprensa realizada na sede do Comité (n.o 801 da Segunda Avenida), eles distribuiram cópias do que disseram ser tradução de documentos confidenciais, que lhes foram fornecidos pelos nacionalistas e que pertencem aos arquivos do governo, em Luanda, capital do território. Tais documentos referem-se a um significativo relatório recente do comandante português em Roçadas, no sul de Angola, informando que um chefe rebelde chamado Cauita tinha 2.000 homens armados, nomeadamente com espingardas automáticas, já em ação de «devastação e terror», afim de obrigar os brancos a abandonarem as regiões que ocupam. Um interessante documento do quartel-general de Angola fala de infiltração de armas e de individuos, negros e brancos, para organização da propaganda e cita também «fortes grupos armados» para atuar por terra, ar e mar, incluindo submarinos.

CITADO O BLOCO DO LESTE

Nele se lê que a organização estava sendo levada a cabo por «poderes do bloco (de Leste) da Europa, Norte de Africa e Asia». Os grupos armados «gozam da confiança e hospitalidade da maioria da população nativa». O documento diz que entre o material se incluem «armas atômicas ligeiras».

Montero e Scheinman acrescentaram que não podem garantir a veracidade desta tentativa de ligar o conjunto da situação ao bloco comunista. Indicaram que vários Estados africanos estão interessados em ajudar o povo de Angola, fazendo notar que milhares de angolanos estão a viver no exilio, no Congo Belga.

Numa recomendação formal, solicitam aos Estados Unidos e às outras potências mundiais que façam pressão no sentido de Portugal traçar planos imediatos visando a independência de Angola e das suas outras colónias.

32 pessoas deviam ter sido julgadas ontem em Luanda, por crimes contra a segurança do Estado, mas a imprensa noticia que o julgamento foi adiado.

O Comité Africano para a Africa é uma organização privada e não tem fins lucrativos e os seus **propósitos são os de tornar melhor** e mutuamente conhecidos a Africa e os Estados Unidos. O seu presidente é o Rev.o Donald Harrington ministro da Community Church of New York.

Nota da Redação — A informação divulgada pelo «New York Times», se não proporciona uma ideia exata do que está ocorrendo em Angola (já que peca por certos exageros, como o das «armas atómicas ligeiras» ou do «ataque por ar, terra e mar, com submarinos»), oferece, no entanto, inquietantes indicios do que se prepara em Angola. Abstraindo de evidentes exageros, desta província ultramarina nos confirmam que estão sendo organizados, realmente, grupos armados anti-salazaristas.

A política cega, desumana e ditatorial do fascismo não poderia conduzir a outro caminho, numa época em que os nacionalismos se incendeiam por toda a Africa. E', de resto para captar as simpatias dos Estados Unidos e de outras potências ocidentais que o salazarismo vai lançar mão de seus habituais chavões de que é «comunista» a insurreição que ferve, clandestina mas indesmentivel, nas terras angolanas. Assim se pretende, ao mesmo tempo, ocultar o fracasso de uma politica desastrosa, senão criminosa, através da qual enriqueceram dezenas em prejuizo de milhões! A próxima independência do Congo Belga dá margem a todas as inquietações quanto à presença de Portugal em Angola. Tão sómente queremos chamar a atenção da opinião pública mundial para o fato de termos chegado a este «impasse», em virtude da politica fascista no Ultramar Português. A Salazar, e a ele apenas, os portugueses terão de pedir responsabilidades.

NATAL DO PRESO POLITICO PORTUGUÊS

Do sr. Dr. Carvalhão Duarte, diretor do nosso prezado colega "República", de Lisboa, chega-nos a seguinte carta:

"Prezadíssimo Correligionário:

Recebi a carta de V. Exa. datada de 27 do mês passado, como igualmente estou de posse do cheque da importância de 5.319,10, o que tudo muito agradeço.

Tomei boa nota de que esta importância se destina a presos políticos. Fique V. Exa. com a certeza de que se fará como indica.

Para V. Exa. e para os leitores do PORTUGAL DEMOCRÁTICO vão, em nome dos contemplados, os meus melhores agradecimentos. E com as mais vivas e cordiais saudações, creia-me correligionário — Muito Grato (a) Carvalhão Duarte."

MAIS CONTRIBUIÇÕES

À nosa redação acabam de chegar, entretanto, mais os seguintes donativos, no total de 29 140 cruzeiros: "Democratas de Lourenço Marques" Cr$ 10 260,00: "Assinantes de Joanesburgo" Cr$ 2 700,00; Junta Patriótica da Venezuela Cr$ 15 500,00 e D. Esmeralda C. Santiago Cr$ 680,00.

Esta importância de Cr$ ..... 29 140,00 já foi remetida ao diretor do "República", a fim de ser entregue aos presos políticos portugueses.

"A FOME EM PORTUGAL"

A breve nota que publicámos em nosso último número acerca do livro "A FOME EM PORTUGAL," de Edgar Rodrigues, não indicava, por lapso, o nome do autor. Esclarecemos que foi redigida pelo nosso companheiro de redação, João Alves das Neves.

Morreu o Democrata Alberto Moura Pinto

De Portugal, chegou-nos a triste notícia de que morreu na sua Quinta dos Vales (Arganil), para onde se retirara há meses, o dr. Alberto Moura Pinto. Desaparece, assim, mais um grande lutador da Democracia e um adversário que o ditador santacombadense teve de enfrentar em diversas ocasiões, vencendo-o pela força e pela ilegalidade, pois o velho político nunca abandonou a trincheira onde, desde a juventude, passou a combater.

O dr. Moura Pinto nascera em Coimbra, em 5 de abril de 1883. Concluindo o curso de Direito na Universidade de Coimbra em 1.904, começou sua carreira como administrador do concelho de Arganil em 1908. Desde cedo entusiasmado pela propaganda que visava a implantação da República em Portugal, fez parte da Junta Central Revolucionária de Coimbra, com Manuel Alegre, Malva do Vale e Peres de Carvalho.

Eleito deputado, sucessivamente, em 1911, 1915 e 1921, militou na ala moderada de Brito Camacho, obtendo grandes triunfos, pois Moura Pinto era um notavel orador, um político hábil e de rara inteligência. Como jurista, os seus pareceres destacaram-se nas inúmeras comissões parlamentares de que fez parte, algumas das quais fizeram história naquela época da República.

Foi ministro da Justiça no governo de Sidónio Pais, desenvolvendo intensíssima ação, nomeadamente no que se refere às medidas que tomou no sentido de resolver o problema das relações entre a Igreja e o Estado, através de uma concordata que deveria pôr termo aos atritos suscitados pela lei da separação.

Logo que triunfou o movimento de «28 de maio», passou o dr. Moura Pinto a combatê-lo ardorosamente, envolvendo-se em diversas conspirações que pretendiam derrubar a ditadura. Foi deportado para os Açores, de onde fugiu para Espanha, com Jaime de Morais e Jaime Cortesão. Foi, então, um dos mais destacados líderes do numeroso e aguerrido grupo que combatia o governo ditatorial. Em 1936, com mais 41 companheiros, foi julgado em Espanha, sob a acusação de ter tentado introduzir em Portugal armas que deveriam ser distribuidas para uma revolução republicana. Moura Pinto e seus amigos foram absolvidos, mas num ambiente de tão grande tensão que o então chefe do governo espanhol, D. Manuel Azaña, acabou por ser também julgado, sob suspeita de ter ajudado os conspiradores lusitanos e democratas.

Pouco depois de principiar a guerra civil espanhola, o dr. Alberto Moura Pinto refugiou-se em França, de onde teve de fugir, quando as tropas nazistas invadiram este país. O político português fixou-se depois no Brasil, onde viveu até há pouco tempo, conquistando as maiores simpatias e fazendo as melhores amizades, não só entre a colónia portuguesa, mas, sobretudo, nos meios intelectuais, políticos e comerciais, pois Moura Pinto passou a oferecer também a sua vasta cultura e invulgar inteligência aos problemas econômicos.

Alberto Moura Pinto não será esquecido por todos quantos com ele conviveram, nem tampouco por aqueles que conhecem os relevantes serviços que prestou à Causa da Democracia Portuguesa. Não será hoje, evidentemente, mas num amanhã próximo a Pátria libertada prestará a Moura Pinto a homenagem que mereceu em vida pela sua batalha constante contra a prepotência, a asfixia mental e as restrições à liberdade de expressão de pensamento. Morreu um grande Homem e um valoroso combatente da Democracia! Sentidamente, «Portugal Democrático» apresenta suas condolências à família do grande Português.

«DEMOCRACIA ESPAÑOLA»

Um jornal ao serviço da Espanha Livre

O PROBLEMA ECONOMICO - AGRICOLA PORTUGUÊS

FERNANDO CIRIACO DA CUNHA

Apesar de todas as dificuldades orçamentais e do reduzido numero de técnicos, existem em Portugal técnicas avançadas que podem ser observadas nos campos experimentais e nas fazendas dos delfins da situação. O agricultor médio nem sequer ouve falar nisso. Quando muito, aparece-lhe um fiscal duma comissão reguladora ou organismo semelhante, que não é um técnico, a multá-lo porque fez ou não fez tal ou qual coisa, porque um decreto estabeleceu essas multas para aumentar os proventos dos cofres do Estado. Aqui se limita geralmente o contacto dos serviços oficiais com os agricultores.

Tudo isto eu verifiquei percorrendo detidamente durante alguns meses vários distritos do Alentejo, das Beiras e do Minho.

O maior problema da agricultura em Portugal é, no entanto, o da distribuição da terra. Existe um tamanho médio de fazenda, variável segundo fatores diversos, que é econômicamente vantajosa para o agricultor e para o País. No Norte de Portugal, a propriedade é geralmente tão diminuta que apenas dá para a familia agricultora vegetar e não morrer de fome. No Sul, particularmente no Alentejo, é tão grande que o proprietário não se preocupa em tirar-lhe o rendimento que seja proveitoso para o País. Se acrescentarmos a isto a politica de asfixia do Estado Novo, temos a resposta por que antes da ditadura o pão não tinha misturas e não se importava trigo, nem batata, nem milho, nem feijão, etc., e o azeite, por exemplo, ainda dava para exportar, além de abastecer a população (e não falemos aqui doutros produtos, como o escândalo do bacalhau que tem vindo agravando-se cada vez mais, devido à inépcia do governo, como é de todos sabido).

É este também um dos factores principais no aumento do índice de tuberculose quando a assistencia médico-rural é tão deficiente como era antes da presente situação. Em lugar de ler as estatisticas oficiais, que aliás confirmam o que acabamos de afirmar, aconselho, a quem o puder fazer, que vá a um Distrito de Recrutamento em dia de inspecções e observe os mancebos sob os aspectos físico, sanitário e, mesmo, moral.

Em resumo, se é que Portugal deve acompanhar as outras nações no seu normal desenvolvimento, só há um caminho seguro de começar a fazê-lo e este é a reforma agrária. Não cremos em métodos violentos nem em paleativos. Acreditamos na força individual do agricultor, que vemos representada em toda a sua pujança nos Estados Unidos e no Canadá. É esta força que deve ser encorajada e apoiada por meio de ação eficaz prèviamente planejada. Tampouco sugerimos que essa reforma se possa fazer em meses ou mesmo em poucos anos, mas de forma alguma conseguiremos resultados tangíveis pelos processos atuais. Trata-se de importante tarefa que só poderá ser levada a cabo por um governo honesto e desejoso de servir verdadeiramente a Nação, o que quer dizer o Povo.

Tem a actual situação executado alguns trabalhos de hidráulica agrícola, defesa de solos e reflorestamento que seriam para aplaudir se tivessem em vista resolver os problemas da agricultura. Em realidade, são experiências muito interessantes, muito exploradas pela propaganda, mas que não afectam sequer 1% da economia nacional. Têm, no entanto, um valor enorme para os poucos «agricultores» escolhidos politicamente para receberem esses beneficios, para os empreiteiros dos trabalhos (todos amigos da onça!) e ainda para os funcionários que recebem as «luvas».

Tomei parte muito activa na elaboração de planos de fomento agrícola na América do Sul, com a colaboração de organismos internacionais, tais como o Banco Internacional, a O.E.A., F.A.O. e Ponto 4.o.

Alguns destes organismos, nomeadamente a F.A.O., têm prestado valiosa colaboração aos centros experimentais portugueses, colaboração que os serviços de propaganda têm explorado a seu modo. As autoridades portuguesas, no entanto, defraudam os objectivos desses organismos internacionais, limitando os beneficios alcançados a esses Centros Experimentais e a alguns agricultores politicamente escolhidos. Todos ouvimos falar do caso do Ministro que ordenava aos serviços a seu cargo intensificar a produção de milho por meio duma campanha custosíssima, ao mesmo tempo que ordenava aos seus feitores que plantassem batata nas suas fazendas do Alentejo. No ano seguinte, o processo foi invertido, isto é, grande campanha pela batata e o sr. Ministro plantando milho. Este mesmo Ministro, por manobras hábeis, baixou o preço das juntas de bois para dois contos, mandou comprar quantas pôde, e, pouco depois, pondo a funcionar os serviços que tinha ás suas ordens para servir o Povo, vendeu a dez contos cada junta. Este foi um caso muito comentado, a tal ponto que o ministro teve que deixar o lugar, claro está, depois de se ter enchido e bem.

Nenhum jornal português jamais pôde comentar este assunto, muito menos no princípio do escândalo, quando ao ser debatido poderia ter sido atalhada tamanha pouca vergonha. Nenhum jornal português jamais pôde comentar casos como, por exemplo, o de um oficial do Exército que vai para Ministro ganhando apenas o seu soldo e, anos depois, é grande proprietário no continente e nas colónias; um oficial da Marinha que tambem vivia só do seu soldo e se tornou o dono de todas as actividades náuticas e relacionadas com a náutica, ao ponto de hoje ser riquissimo e desempenhar cumulativamente mais de vinte cargos oficiais e semi-oficiais; um civil que em 1935 era um pequeno empregado dos Caminhos de Ferro e, a partir da Guerra de Espanha, tem uma poderosa companhia de transportes, que move fortunas e dispõe de uma grande frota de vagões. Nunca os jornais portugueses puderam fazer qualquer menção destes escândalos e muita gente tem ido parar às masmorras da PIDE e até a campos de concentração só por comentá-los.

Estes são, no entanto, alguns dos escândalos mais flagrantes. Com tais exemplos, fácil é de imaginar quantos mais haverá, desde os grandes negócios á sombra dos organismos de coordenação econômica e de previdência até aos pequenos funcionários que se contentam em extorquir somas menores dos desgraçados que lhes caem nas mãos. Também disso conhecemos, graças a Deus, com o que me foi dado observar durante o pouco tempo que estive ligado aos serviços de previdência.

Cabe então perguntar: é o Estado Novo responsável por toda essa corrupção? Não hesitamos um segundo em responder que o Estado Novo tem a inteira responsabilidade por todas essas roubalheiras e desmoralização. Se não vejamos: como poderia manter-se no poder um governo que explora o seu Povo em beneficio duns poucos, que actua contra a histórica luta dos portugueses pela conquista das suas liberdades, luta que se vem travando através dos séculos, um governo que é portanto anti-nacional? A unica forma de fazê-lo é dividindo o Povo e mantê-lo em permanente estado de desconfiança e de desmoralização. Não é com boa administração e com homens honestos que isso se pode fazer. Teve que recorrer-se aos homens sem escrupulos, aos homens mentalmente deformados, para o desempenho de missões de confiança do governo. Sabendo de que espécie de individuos se tratava, lógicamente havia que aceitar os seus actos. A engrenagem estava montada, só faltava protegê-la. Criaram-se, então, a Propaganda para deturpar as verdades, a Censura para calar a imprensa e a PIDE para reprimir a revolta natural que havia de manifestar-se nos homens honestos e patriotas que se lembrassem do exemplo de outros patriotas como João das Regras, D. João IV e os seus companheiros, os patriotas de «31 de Janeiro» e de "5 de Outubro", para não citar mais, pois, felizmente, a nossa história é mais rica em patriótas que em traidores, excepto nos ultimos anos em que os vendidos, como foi Miguel de Vasconcelos, têm prosperado, convencidos talvez de que a tragédia de Portugal ainda continuará por muito tempo.

Como tragédia nacional que é, a situação actual, afecta todos os sectores da vida nacional; assim, a agricultura é um dos sectores afectados e talvez um dos que mais sofrem. Já vimos que a situação serve-se de homens sem escrupulos para manter-se no poder, que esses homens necessitam de boas negociatas para satisfazerem as suas ambições e que a melhor forma de conseguirem essas negociatas é a criação de grandes industrias subsidiadas pelo Estado e, portanto, controladas por eles próprios. Vimos tambem que, havendo uma agricultura próspera, as industrias encontrariam um ambiente econômico favorável ao seu desenvolvimento livre. A unica conclusão a que chegamos é que não convém aos homens da situação que haja em Portugal uma agricultura próspera, pois ela viria libertar a industria do parasitismo em que foi colocada e acabava-se, assim, a verdadeira razão de ser do Estado Novo. (conclusão)

UM ESCLARECIMENTO DO DR. MANUEL SERTORIO

(concl. da pág. 4)

existia que pudesse dar causa à privação da minha liberdade"! Deste modo, foi acompanhado pelo ministro do Uruguai e pelo consul Dr. Rodriguez que, no automóvel daquela representação diplomática, fui ao Govêrno Civil assinar o passaporte; e já com a promessa do ministro, feita tambem perante testemunhas que a todo o tempo poderei nomear de que no seu carro me acompanharia ao Aeroporto, vi-me na verdade, privado dessa tutela por o mesmo ter sido propositadamente convocado pelo ministro Marcelo Matias para comparecer pela quinta ou sexta vez, no Ministério, precisamente à hora em que o avião partiria.

Como o Govêrno português mentiu, pois, refalsadamente, na nota oficiosa que a meu respeito mandou publicar nos jornais... do dia seguinte ao da minha partida para Montevideo!!

Por não ter podido encontrar naquela cidade o irmão do ministro uruguaio, Sr. JuanPabloBrugnini, guardo ainda o amável cartão de apresentação do ministro, em que sou referido expressamente como "asilado en nuestra Misión".

Resta dizer que, para testemunhar a mentira da dupla ministro Matias-polícia cap. Graça, três membros dos corpos directivos da Ordem dos Advogados foram, a meu pedido, copiar as partes do processo a que aludi e que se me referiam para declararem perante notário qual o seu contexto. Isto sucedeu no dia da minha partida de Lisboa, 5 de Dezembro, tendo o respectivo instrumento passado às minhas mãos já no Aeroporto. Li-o no avião e com alguma admiração verifiquei que a polícia, com a necessária anuencia do tribunal, havia substituido por outra uma página do relatório final do inspetor Falcão, por forma a resultar menos peremptória a decisão de proceder à minha detenção...

Esta é a verdade completa e documentada de um asilo político, a que outros se seguiriam não obstante a estranha teoria salazarista de que só deveria haver lugar a asilo... para os salazaristas depois da insurreição popular que há-de surgir no nosso país. Com a preparação revolucionária que terminou em 12 de março do ano passado não se lembrou a polícia de estabelecer implicações; eu era apenas advogado, juntamente com um colega que é tambem um lutador anti-fascista, de um dos incriminados, o cap. Carlos de Vilhena, que depois de, a nosso requerimento, ter sido transferido do Aljube para a Casa de Reclusão do Exército, na Trafaria, conforme era e é de lei expressa... no mesm dia voltou para o Aljube, por decisão da onipotente P.I.D.E. que se sobrepôs, como sempre, aos tribunais, neste caso ao Tribunal Militar...

Foi tudo isto e apenas isto que declarei à imprensa uruguaia quando cheguei a Montevideo e é esta a história do meu asilo e meu exilio. Por ela podem os leitores tomar conhecimento de um caso, igual a muitos outros, em que a polícia, ao proceder à detenção de democratas, não actua sequer em função de elementos do seu conhecimento capazes de fundamentarem, à face das leis de repressão, a prisão efetuada; ao contrário, são esses elementos que são despudoradamente forjados quando a P.I.D.E. se quer ver livre de um adversário simplesmente incómodo, sendo então o "arguido" (?) a preceder o processo e não o contrário, como seria natural.

É por este relato ser a ilustração viva do que acabo de dizer e ainda porque gostaria que ficasse esclarecida a minha completa irresponsabilidade na notícia publicada nas vossas colunas que peço o favor da publicação da presente carta.

Prometendo a minha colaboração para os números futuros de "Portugal Democrático" aceitem as cordiais saudações do vosso camarada

MANUEL SERTÓRIO

A DEFESA DE AQUILINO

Inaugurando uma nova fase da luta anti-salazarista, os organismos democráticos portugueses do Brasil vão lançar o primeiro dos cadernos de "PORTUGAL DEMOCRÁTICO" volume que reproduzirá na íntegra, a defesa do escritor Aquilino Ribeiro às acusações que lhe movem os inquisidores salazaristas. O preço de cada exemplar será de Cr$ 70,00. Solicitamos aos nossos leitores, e bem assim aos correspondentes, que ràpidamente façam os seus pedidos à administração de "PORTUGAL DEMOCRÁTICO".

Comissão Permanente de Anistia

Conforme haviamos noticiado, realizou-se em Montevideu, nos dias 12, 13, 14 e 15 de março, nas salas do Palácio Legislativo do Uruguai, a 1a. reunião da COMISSÃO PERMANENTE PRÓ-ANISTIA AOS PRESOS E EXILADOS POLÍTICOS ESPANHOIS E PORTUGUESES

A delegação brasileira foi composta pala dra. Dolores de Mello Vassão e pelo deputado estadual dr. António Mastrocola, este como delegado especial do Embaixador Alvaro Lins, que não compareceu por se encontrar doente. O Uruguai foi representado pelo senador Alfredo Lepro e pelo deputado Hugo Ubilla, que já tinham feito parte de sua delegação em São Paulo. A Argentina enviou dois delegados, os drs. Canal Feijó e Abrão Scaletzky, o primeiro dos quais representava a Universidade de Buenos Aires. O Chile fez se representar pelo escritor Luis Merino Reys, que também já esteve em São Paulo, a quando da 1-a Conferência Sul-Americana.

Os trabalhos decorreram com a maior solenidade e elevação, acompanhados pela Imprensa dia a dia. Tomaram-se resoluções importantes, das quais destacamos:

Foi designada a cidade de Buenos Aires para local da 2.a Conferência e deu-se, a esta, amplitude continental, pelo que serão chamados a participar do conclave todas as nações americanas; escolheu-se a cidade de Montevideu para sede da "Comissão Executiva Permanente", sob a presidência do deputado uruguaio dr. Hierro Gabardela, indicando-se para a vice-presidência um representante da Argentina e para a secretaria-geral o presidente da Associação Uruguaia de Escritores, Daniel Vidarte.

Foi resolvido fazer um apelo aos Parlamentos da América Latina, no sentido de que se empenhem para criar ambiente internacional propicio visando a anistia aos presos e exilados politicos da Espanha e de Portugal. E ficou assente que, até 5 de maio próximo, sairá do Rio de Janeiro a delegação sul-americana que levará a Sua Santidade o Papa João XXIII, ao governo de Salazar e ao de Franco, a expressão da vontade dos povos da América Latina que reclamam anistia total e imediata para os presos e exilados politicos portugueses e espanhóis. Os nomes que devem integrar essa delegação ainda não foram designados, mas serão, como já ficou resolvido em São Paulo, nas sessões da 1a. Conferência, personalidades do maior relevo na vida intelectual e politica dos seus respetivos paises.

Foi também decidida a impressão de um selo para ser largamente vendido e utilizado, o qual terá a data de 12 de outubro, que é a da descoberta da América, e será também, de futuro, consagrada como 'Dia da Anistia". Haverá um concurso entre artistas latino-americanos para a escolha do desenho desse selo.

Por iniciativa do deputado dr. António Mastrocola ficou resolvida a realização, em São Paulo, dum grande Festival Internacional, ainda sem data marcada, a fim de se conseguirem fundos para as enormes despesas a efetuar. Cada país participante enviará dois artistas ao Festival, que será, assim, uma autêntica mostra da arte teatral das Américas.

Devemos ressaltar que a delegação brasileira foi recebida com todas as honras em Montevideu. Houve banquete num restaurante de luxo, com numerosas personalidades homenageando os delegados presentes. Na Universidade de Montevideu, teve lugar um ato público, durante o qual discursou pelo Brasil a dra. Dolores de Mello Vassão.

Os dois delegados brasileiros prestaram homenagem ao heroi nacional uruguaio, Artigas, depondo um ramo de flores junto do monumento, na Praça da Independência, e proferindo na ocasião o dr. António Mastrocola uma alocução. Puderam ainda os delegados observar as belezas de renome internacional do Uruguai, deslocando-se a Punta del Leste e a outras famosas estâncias de turismo.

A Casa de Espanha ofereceu uma recepção aos representantes dos diversos paises que se deslocaram a Montevideu, seguindo-se um coquetel. A dra. Dolores de Mello Vassão foi nessa oportunidade homenageada com um distintivo em placa esmaltada, contendo a legenda: "Mulheres espanholas anti-franquistas". Discursou brilhantemente e foi muito aplaudida, nessa solenidade no decurso da qual se deu também grande destaque à participação de São Paulo na realização do movimento em favor da anistia aos presos e exilados politicos espanhois e portugueses. Inúmeras personalidades dos meios sociais, politicos e intelectuais do Uruguai acompanharam ao aeroporto, na despedida, a delegação do Brasil.

CORRESPONDENCIA

MANUEL ANTÓNIO LOPES, São Paulo — Sinceramente agradecidos pelo interesse que lhe merece o nosso jornal, lamentamos não publicar a sua "carta ao agente da PIDE", já que as suas considerações, ainda que judiciosas e oportunas, são porventura demasiado pessoais. Quanto à colaboração que nos propõe, gostosamente a aceitaremos, desde que se enquadre em nossos propósitos de unidade na luta anti-salazarista.

"LEITOR ANGOLANO" — Faremos a citação que nos pede do artigo publicado pelo "Jornal de Huila". Gratos pelas suas informações, só lhe pedimos que continue a enviar-nos não só recortes de jornais — por vezes utilissimos — mas também quaisquer noticias sobre a luta contra Salazar em Angola. Quanto ao nosso "correspondente" nessa provincia, não podemos, é claro, dar-lhe o endereço. Para obter as assinaturas do "PORTUGAL DEMOCRATICO" dirija-se à administração do nosso jornal, ou peça a qualquer dos seus amigos no Brasil que entre em contacto conosco.

"LEITOR C"., de Macau — "O meu amigo sr. M. tem-me proporcionado a leitura do vosso jornal e impõe-me o dever dizer-lhe o quanto são apreciados os artigos em que, serenamente, são debatidos problemas nacionais, que a todos nós interessam, visto serem assuntos que merecem toda a atenção do português consciente". Ainda bem que o diz, caro "Leitor C.". Será com o estimulo de todos os leitores que continuaremos difundindo este jornal vardadeiramente democrático por todo o mundo português.

T. F., de Paris — A sua crónica era interessante, mas situava-se um pouco fora da indole do nosso jornal. Mande, nos casos concretos, relate acontecimentos, que publicaremos com a maior satisfação . Foram apreciados os recortes que enviou — e vá mandando sempre.

A. A., de Berkley (E. U.) — As informações e recortes que nos tem enviado continuam sendo da maior utilidade, como deve ter reparado no aproveitamento que deles fazemos.

M. K. (Inglaterra) — Agradecendo-lhe os recortes enviados, e bem assim toda a excelente colaboração que nos tem prestado, só podemos pedir-lhe que continue... Interessam-nos, sim, todos os artigos aí publicados e quaisquer outras informações que porventura lhe cheguem sobre a situação política em Portugal. Pedimos-lhe ainda que, sempre que possivel, faça chegar a São Paulo esses elementos com urgência.

L. V., de Porto Alegre — O seu artigo era interessante e não deixariamos de o publicar... se tivesse chegado a tempo. Mas com tão grande atrazo? Colabore sempre, mas os assuntos de atualidade não demore a comentá-los.

A. A., de Lisboa — Recebida a sua carta de 2 de março. Obrigado pela referência ao S. Continue mandando os elementos que puder. Quanto mais não seja servem para confrontar com outros — que nos chegam do mundo inteiro. Escreva, pois suas cartas têm sempre interesse para nós.

"AMIGO G"., de Lourenço Marques — Demorou, mas chegou a sua carta. Também temos esperança, é claro, de que Salazar não ficará por muito tempo no poder. É um grande, imenso desejo. Até lá, a luta continua, como V. diz, "na unidade". Para o êxito que ambicionamos, nem podia ser de outro modo.

DEMOCRATAS DE LOURENÇO MARQUES — Efetivamente, não poderia chegar-nos melhor prova de que V. prosseguem lutando. Nesta edição fazemos a devida referência aos 10.260 cruzeiros que nos enviaram para o "NATAL DO PRESO POLÍTICO". Ficámos muito sensibilizados e desejamos que o termo da batalha comum esteja próximo — com a vitória da Democracia Portuguesa.

ASSINANTES DE JOANESBURGO — Foi pouco o que mandaram? Consideramo-lo bastante. O gesto vale muito e não deixamos de o apreciar Gratissimos, em nome dos democratas presos. Mandem notícias daí, desde que relacionadas com a nossa vontade comum de redemocratizar Portugal.

PORTUGAL NO MUNDO

«Cultura» salazarista

Os provocadores de sempre tentaram interromper «A alma boa de Se-Tsuan» que Maria Della Costa apresentou em Lisboa. São conhecidos alguns dos «intelectuais» manifestantes, mais por terem passado pela polícia de costumes do que pela conclusão de obras de interesse cultural. E quem poderia protestar, senão os escribas do «Diário da Manhã», do «Tempo Presente», da «Voz» e de outros que tais?

Ferreira de Castro e as metamorfoses

A escritora Helena Silveira consagrou uma das suas recentes crônicas às «Metamorfoses politicas e um livro de Ferreira de Castro». Esse livro é «A Curva da Estrada», sem dúvida um dos mais belos romances do grande escritor português. Helena Silveira elogia o romancista e, em certo passo transcreve do próprio livro, referindo-se a «homens de várias raças, cujas responsabilidades chegavam a confundir-se, ao sol largo e confiante de outros homens, com as próprias ideias que eles diziam defender, entregavam-se, dum momento para outro, a surpreendentes metamorfoses. E das novas e inseguras tribunas que desatavam a utilizar, dos jornais onde passavam a escrever e até dos livros que alguns deles publicavam, vinha o ruido que essas crisalidas, ansiosas de que o Mundo se habituasse a vê-las num outro estado, produziam na sua transfiguração».

Comentário? Helena Silveira no-lo dá, escrevendo: «Desejaria adquirir muitos volumes de «A Curva da Estrada» e enviar para muitos dos nossos «astuciosos» e evoluídos da politica e das letras». Também nós.

Salazar rasgado

Salazar rasgado em João Pessoa! Quantos anseiam poder, na Pátria espezinhada, rasgar os retratos do fradalhão e atirá-los para o lixo a que sempre pertenceram!

«Pontos e linhas»

De Fernando Piteira Santos no jornal «República», de Lisboa: «Chamar à União Nacional «verdadeiro serviço politico da Nação, de todos e para todos os portugueses», é, ao que parece, afirmar que fora da União Nacional não há lugar para qualquer atividade politica. O que por sua vez contradiz a afirmação, altamente proferida e várias vezes preferida, de que tem havido e há deputados e ministros que não são filiados na União Nacional.»

Sobre o que é o partido do ditador, chamamos a atenção para a informação intitulada «Os gatunos da União Nacional». Aí, sim, está o serviço que têm prestado à Nação!

«O Estado» de Fortaleza

De um editorial sobre a Anistia: «(...) Não importa que a imprensa vendida aos espoletas salazaristas e franquistas no Brasil, e as próprias figuras do governo, não dêem apoio a movimento tão importante no seu próprio sentido. O que vale para os patriotas espanhois e portugueses e o que pesa contra Salazar, é a opinião pública brasileira, que a esta hora, orientada pelas figuras mais expressivas de nossa democracia, clama também por anistia aos presos politicos».

Do Sul ao Norte do Brasil, — os brasileiros por Portugal, contra Salazar!

O imundo «O Mundo»

Um leitor chama a nossa tenção para editorial de «O Imundo», pasquim salazarista do Rio, no qual se diz entre outras coisas, a propósito dos democratas portugueses do Brasil que «são alguns cavalheiros que, não sendo muito amigos do trabalho, ou dele não querendo tomar conhecimento, se entregam à faina de falar mal, pelas esquinas ou nas mesas dos cafés, do ilustre (...) que preside o Conselho de Ministros de Portugal».

Esclarece-se: 1.o) Em São Paulo, onde a maioria da oposição se aglutina em redor do «Portugal Democrático», não há cafés, como se sabe: 2.o) Nem um só dos que lutam contra Salazar é vagabundo, nem «picareta» (como os do «Imundo» ou da «Voz do dono»), todos têm seus empregos; 3.o) Quando Salazar cair, por que não comem nem esperam comer à custa dos portugueses (de cá ou de lá), não perderão — ó imundos! — o «tacho» da imundície, nem das vozes...

Boicote aos Jornais Fascistas

O que está ocorrendo com o jornal «La Vanguardia», de Barcelosa, boicotado por todos os seus leitores, em virtude das posições anti-catalãs assumidas pelo diretor daquele diário, merece a reflexão dos portugueses. Com efeito, o exemplo poderia ser vantajosamente seguido, por exemplo, pela população de Lisboa, relativamente ao «Diário de Noticias», o jornal que maiores serviços tem prestado ao governo fascista.

Vivamente recomendamos a sugestão aos democratas residentes em Lisboa, para que, através das organizações de resistência, promovam a boicotagem ocasional ou sistemática do sabujo jornal dirigido pelo sr. Augusto de Castro.

A fantasia do «Tata»

A notícia sôbre o cargueiro brasileiro «Tata», desaparecido há meses no Atlântico, não tem qualquer base aceitável. O boato não é novo, embora tenha sido re-lançado nas últimas semanas. Se fôsse verdade, já o Salazar teria mandado dizer que o navio se chamava «Tatof» e vinha da Rússia com armas e guerrilheiros...

Franco é o assassino

Com 24 anos, Antonio Abade Donoso foi abatido a tiro pela gestapo de Franco. O sinistro comparsa de Salazar prossegue os seus crimes. A Espanha não lhos perdoará, como Portugal punirá também o assexuado de Santa Comba. Olho por olho, dente por dente...

A. A. A.

P. S. Escusado seria destacar que este «Portugal no mundo» não tem o patrocinio dos comendadores, nem do SNI, sem da ANI. E' independente.

Quem Manda é a «Culônia»

JOEL SILVEIRA

O brilhante jornalista que é Joel Silveira publicou recentemente, no "Diário de Notícias", do Rio de Janeiro, uma interessante crônica intitulada "Quem manda é a "culônia", de que reproduzimos a parte final:

"(...) Sim, a colônia dos comendadores pode fazer a sua política salazarista no Brasil: isto não ofende nem as nossas normas de hospitalidade, nem constitui uma intervenção vinda do estrangeiro na situação interna de Portugal. Sim alguns poucos escribas e jornais brasileiros, como outros muito bem estimulados pelo DIP português no mundo inteiro, podem exaltar o salazarismo e insultar os próprios oposicionistas portugueses, como se fôssem todos nacionais lusos, sendo transcritos com tôdas as galas e pompas na imprensa portuguêsa. Artigo a favor do salazarismo e de insultos aos democratas portuguêses: então, muito bem, Salazar até retribui com benesses, viagens e condecorações, isto não significa intervenção na vida interna de Portugal. Artigo contra o salazarismo e a favor da democracia: ah, isto não, isto ofende os brios de Portugal porque representa uma participação do estrangeiro na política interna portuguêsa. É esta a tese do vespertino carioca em estado de êxtase e ternura com o salazarismo. Tese jeitosa e insinuante, mas não pode ser. Pois o que é certo e correto é exatamente o contrário. Nos países de imprensa livre só respondem pelas publicações os seus autores e as correntes de opinião pública que êles representam, enquanto num país em que a imprensa é controlada, o govêrno se responsabiliza solidàriamente por tôdas as publicações que autoriza. Dêste modo, frisemos bem a profunda diferença entre ambas as situações: no nosso lado, escritores, jornalistas e comentaristas de rádio que exprimem tão sòmente as próprias idéias e atitudes; no caso da imprensa portuguêsa, sobretudo do "Diário da Manhã" e da ANI, tôda uma hierarquia oficial e governamental que dá cobertura aos insultos contra o Brasil e às nossas instituições democráticas.

Afinal de contas, convenhamos, um dos poucos ônus de um regime fascista e totalitário é justamente êste: o de poder ser legitimamente responsabilizado por qualquer matéria publicada na imprensa sob o seu contrôle."

Uma Politica de Repressão

MANUEL SERTÓRIO

A ditadura militarista instaurada em Portugal pelo golpe de força de 28 de maio de 1926 entregou o poder politico á alta burguesia, que o vinha disputando ás classes populares desde 1822. A entronização desta alta burguesia, cuja rota se tem mostrado cada vez mais reacionaria e oposta aos interesses do povo, foi operada através de um ato solene: a concessão benevolente ao país, pelo governo de Salazar, de um documento constitucional (1933), verdadeira CARTA igual pela sua natureza à de D. Pedro.

Usou-se o estratagema de reconhecer neste diploma os direitos fundamentais do cidadão, reservando para leis avulsas o regulameno do exercicio desses direitos. As leis vieram efetivamente, a ser promulgadas — pelo proprio governo, que é orgão legislador — mas nelas se realizou uma estranha "regulamentação" dos direitos constitucionais: a liberdade de expressão do pensamento, por exemplo, viu-se "regulamentada" pela inustitucionalização de uma ferrea censura oficial; e o direito de reunião e associação passou a "conjugar-se" com a proibição de partidos e quaisquer organizações de carater politico ou até social.

Esta contradição na propria ordem legal criada pelo fascismo português levou necessariamente á criação de um aparelho juridico-policial de repressão, com duas cabeças: a policia politica (PIDE — Policia Internacional e de Defesa do Estado) e os tribunais de exceção (Tribunais Plenários Criminais).

Apesar de as penas prescritas para os "delitos" politicos irem até 12 anos de carcere — sucedendo, por vezes, que os tribunais de Salazar cumulam varias penas por um mesmo ato considerado atentatorio da segurança do Estado, o que eleva a pena como a de 16 anos de prisão imposta ao cap. Henrique Galvão — a oligarquia salazariana pretendeu realizar o sonho de todas as tiranias: o aniquilameno completo dos seus adversarios. E conseguiu-o através das MEDIDAS DE SEGURANÇA politica que pendem sobre a cabeça de todos os democratas portugueses como sinonimo da sua prisão perpetua.

Acolhidas por diferentes legislações atuais, as medidas de segurança têm nelas uma natureza muito diversa daquela que lhes foi dada no Portugal fascista.

As medidas jamais poderão ser confundidas com as penas criminais, pois enquanto estas são impostas em função do ato ou omissão do agente infrator de certa disposição legal, aquelas referem-se à correção da personalidade do agente quando ela se mostrar perigosa para a sociedade, a qual, assim, ficará protegida.

Na exposição de Motivos redigida pelo dr. Francisco Campos no trabalho de revisão do projeto Alcantara Machado, do Código Penal Brasileiro, disse-se, por exemplo: "Cumpre insistir na afirmação de que as medidas de segurança NÃO TÊM CARATER REPRESSIVO, não são pena. Diferem desta quer do ponto de vista teorico e pratico, quer do ponto de vista de suas causas e de seus fins, quer pelas condições em que devem ser aplicadas e pelo modo da sua execução. São medidas de prevenção e assistencia social".

São essencialmente, direi eu, um instrumento destinado á defesa da sociedade perante inimputaveis juridicos — doentes e insuficientes mentais, ebrios habituais, etc. — e, simultaneamente, um processo de reajustamento social destes.

Pelo novo direito penal alemão, as medidas de segurança nunca devem exceder a penalidade indicada pela culpa e só em casos extremos devem implicar o isolamento (em manicomio ou casa de correção).

E o Código Penal Sovietico recentemente promulgado — para citar um terceiro de três sistemas juridico-penais completamente diferentes — exigindo para a existencia de qualquer crime, como seu elemento integrante, O PERIGO SOCIAL, só se preocupa com a eventual periculosidade do réu para determinar que, faltando ela, seja aplicada pena mais leve do que a prevista na lei, que a pena seja condicionalmente suspensa ou o réu isento de cumprimento dela, ou até extinta a responsabilidade penal.

Pelas leis Portuguesas, porém a medida de segurança não se destina a corrigir a personalidade do agente (se para CORREÇÃO houvesse aqui lugar) nem a defender a sociedade, mas sim a preservar o governo de todos aqueles que se lhe opõem, sendo, em consequencia, uma verdadeira pena.

E' possivel a correção dos elementos morfologicos e caracteriologicos do homem e ainda das suas habituações, dade deste reside no seu pensamento politico, na sua formação mental, como poderá proceder-se á CORREÇÃO de um ideário (politico, religioso ou moral) pela via da coação e sem o concurso cartesiano do ser humano CORRIGENDO?

Como resultam improficuas a soberba e a estulticia dos que julgam ou dizem julgar ser autenticos APAGADORES do espirito!

Psicologicamente inuteis, por tanto, na sua pretensa função de CORREÇÃO dos ideais politicos humanos, as medidas de segurança salazarianas pretendem apenas defender o Estado oligocratico e monoarquico da simples existencia, dentro das fronteiras da nação, daqueles que o combatem pela formulação de um pensamento decreto-lei em que se institucionalizou as medidas de segurança (n.o 37.447 de 13 de junho de 1949), numa altura em que se tinha intensificado a luta do povo português pela Democracia pois terminara havia pouco a campanha presidencial do gen. Norton de Matos, ai se referindo "a conveniencia de tornar mais eficientes as medidas preventivas e repressivas de certas atividades DESIGNADAMENTE DAS CONTRARIAS Á SEGURANÇA DO ESTADO".

E, na realidade, ninguém pode duvidar da EFICIENCIA das medidas de segurança do fascismo português.

Sempre privativas da liberdade, as medidas são sofridas pelos réus nos mesmos estabelecimentos prisionais em que as penas são cumpridas, sob o mesmo regime e permanente fiscalização da policia politica.

DUPLICAÇÃO DE PENAS é, assim, o primeiro sentido deste habilidoso instrumento juridico da repressão salazariana. Com a sua aplicação pelos tribunais de exceção, retrogradou mais de dois seculos em Portugal a ciencia penalista, que se alicerçava no velho brocardo latino "non bis in idem", proibitivo de mais de uma pena para cada crime.

PERPETUIDADE DA DETENÇÃO, ao menos potencial, é o segundo sentido deste maquiavelico processo judiciario: "Serão sujeitos a medidas de segurança de internamento, em estabelecimento adequado, por periodo indeterminado de seis meses a três anos, PRORROGAVEL POR PERIODOS SUCESSIVOS DE TRÊS ANOS, desde que continuem a revelar-se perigosos..." (Art.o 7.o do decreto governamental n.o 40.550, de 12 de março de 1956).

Prorrogaveis, deste modo, indefinidamente, por periodos de três anos, ao arbitro direto da policia politica, que é a entidade informante dos tribunais especiais sobre a continuidade da "periculosidade" dos democratas portugueses, as medidas de segurança representam para estes a Pena PERPETUA, esconjurada por todos os sistemas penais da atualidade, mesmo por aqueles que prescrevem para certos crimes a pena capital, e afastada até pela LETRA MORTA da "Carta Constitucional", mas aplicada constantemente pela LETRA VIVA, conquanto inuma, das leis e dos tribunais de exceção.

SOBRE A CABEÇA DE TODOS OS PORTUGUESES PENDE ESTA TERRIFICA ESPADA DE DAMOCLES, pois que, no texto da lei celerada, se considera passiveis de medidas de segurança "aqueles que aderirem a tais associações, movimentos ou agrupamentos (de carater julgado subversivo), com eles colaborarem ou seguirem, com OU SEM PREVIO ACORDO, as suas instruções" (Disposição legal atrás citada).

Podendo ser decretadas independentemente de condenação ou até de acusação por qualquer delito, as medidas de segurança podem cair, e muitas vezes têm caido — especialmente por ação do Tribunal Plenario de Lisboa — sobre inofensivos cidadãos que, SEM PREVIO CONHECIMENTO DO FATO, se limitam a agir em conformidade INVOLUNTARIA (e apreciada pela policia) com a orientação de um movimento considerado subversivo pelo governo!

O que fica dito é suficiente para ninguém se poder iludir com o "tonus" liberal de algumas leis promulgadas pelo fascismo português imediatamente após a derrota militar da Alemanha nazi, como cuidada aparencia, e não essencia, de liberdade que lhe permitisse conviver com as nações democraticas nas organizações internacionais. Todas essas leis têm o mesmo alcapão que é a discricionaridade da "Policia Internacional e de Defesa do Estado".

E' que Salazar certamente se lembrou da alocução de um funcionario superior da policia czarista, no celebre romance de Gorki O ESPIÃO, quando, depois da Constituição proveniente da Revolução de 1905, dirigindo-se aos seus subordinados lhes dizia: "Deveis compreender que a liberdade vos foi dada para lutardes contra a Revolução"

OS «COMUNISTAS»

CARLOS MARIA DE ARAUJO

Antigamente era a turma do reviralho. Era a maçonaria e seus três pontinhos. Servia para tudo e para justificar qualquer desgraça: uma epidemia, um temporal, um terremoto, uma safra ruim, a escassês de peixe, tudo, mas tudo, era obra da maçonaria.

Depois, o Estado Novo imaginou uma bossa nova. E a culpa de todos os males e de todas as miserias passou a ser do comunismo e dos comunistas.

Seria ridiculo se não fosse tragico.

Qualquer reivindicação salarial, por mais justa que seja, é logo apontada como manobra comunista. Qualquer protesto, por mais correto que seja, contra o cerceamento das liberdades fundamentais, é logo apontado como manobra comunista. O índice do analfabetismo em Portugal é elevadissimo? A culpa é dos comunistas. A mortalidade infantil é elevadissima? A culpa é dos comunistas. O desemprego é elevadissimo? A culpa é dos comunistas. A porcentagem de tuberculosos, sifiliticos, debeis mentais é elevadissima? A culpa é dos comunistas. Há crise na cortiça e no azeite, nas conservas e na pesca do bacalhau? A culpa é dos comunistas.

Mas afinal quem são os comunistas? Quem são os comunistas, ora essa? Mas toda gente que não é salazarista. Que pergunta boba. Até parece provocação.

Nunca se viu coisa assim. É Salazar de um lado, asas de anjo e aureola de santo, tocando a lira. Do outro lado, o Comunismo, patas de bode e cornos na cabeça, de tridente em riste. De tridente? Isso era dantes. Agora, a arma do diabo é outra. É um coquetel Molotov da bossa nova.

O comunismo tem mais facetas que o mais belo diamante da coroa inglêsa. Liberais, socialistas, catolicos, protestantes, monarquicos, republicanos, são disfarces dos comunistas. Tudo é comunista em Portugal se disser não a Salazar.

O padre Alves Correia, que morreu no exilio, nos Estados Unidos, era comunista. O Bispo do Porto, dom Antonio, que está no exilio, na Espanha, é comunista. Egas Moniz, era sabio e comunista, disfarçado, está claro, aliás, está vermelho. Aquilino Ribeiro, está na cara que é comunista. Jaime Cortezão e Vieira de Almeida, Antonio Sergio e João de Barros? Comunistas todos e dos mais perfidos porque fingem que não o são.

O padre Abel Varzim e o padre Perestrelo de Vasconcelos, a poetisa Sofia de Melo Breyner, os intelectuais Francisco de Sousa Tavares, Eduardo Achiles d'Orey e Francisco Lino Neto? Todos comunistas. Como? Padres comunistas? A poetisa do mar tambem comunista? Francisco de Sousa Tavares, um dos fundadores da Causa Monarquica, tambem comunista? Eduardo Achiles d'Orey e Francisco Lino Neto, expoentes do pensamento catolico, tambem comunistas? nistas encapuçados. Poesia, monarquismo, catolicismo, tudo disfarces. Disfarces tão sinistros quanto o de Manuel Serra, dirigente da Juventude Operaria Catolica a fingir, e agitador vermelho na realidade... Como? Parece mentira, mas é verdade.

Tanto assim que os padres Perestrelo e Varzim, a poetisa Sofia, o monarquista Sousa Tavares e os catolicos dOrey e Lino Neto, e com eles, todos os catolicos que assinaram a celebre carta ao senhor professor doutor Antonio de Oliveira Salazar, protestando contra as torturas infligidas pela PIDE aos presos políticos portugueses foram remetidos a Tribunal Plenário, acusados de crime contra a segurança do Estado e de colaboração com o Partido Comunista Português.

Acusação fundamentada, rigorosamente, no Decreto n.º 40.550 de 12 de março de 1956. E todos eles passiveis de perpetuidade de detenção, consoante paragrafo 7 desse mesmo decreto. Perpetuidade de detenção graças às medidas de segurança previstas nessa brilhante peça juridica, e aplicaveis "àqueles que aderirem a tais associações, movimentos ou agrupamentos (de carater julgado subversivo), com eles colaborarem ou seguirem, com ou sem previo acordo, as suas instruções".

Seria ridiculo se não fosse tragico.

E é indispensavel a maxima vigilancia porque o comunismo escolhe os mais incriveis disfarces para tentar levar avante (palavra tabu, avante é o nome do lornal deles, há policiais telepatas que prendem pessoas só porque elas pensaram essa palavra) a revolução, a degola dos padres, a matança das donzelas, a baderna, o sputnik, o diabo.

Exagero? Agora mesmo, em meados de março, houve o que houve na estreia da peça "A alma boa de Se-Tsuan" pela companhia de Maria Della Costa, em Lisboa. Bertold Brecht é um autor perigosissimo e aquela sua peça é de uma dialetica marxista tão apurada e tão perfida que escapou ao microscopio da Censura. Diabolica sutileza. Mas a PIDE estava vigilante. O que a Censura não conseguiu impedir, consegui-lo-iam os secretas, disfarçados em publico. Há tumultos que resolvem. E por isso, ainda não havia subido o pano, já eles bradavam "Fora os comunistas, não queremos comunistas em Portugal, fora Prestes!" E quebravam ampolas de acido sulfidrico na plateia, empestiando a sala. Se não fosse o publico protestar qual Prestes qual nada, que pagara os ingressos, que não entrara de claque como os secretas, e mais isto e mais aquilo, "A alma boa de Se-Tsuan" não teria sido levada à cena em Portugal.

Como? Mas então a peça foi mesmo representada? Os secretas não conseguiram impedir o horrivel atentado? Mas então... mas então eles tambem são comunistas! Que grandes patifes!

Seria tragico se não fosse

ANISTIA TOTAL

Superando as dificuldades surgidas no último momento, e que fizeram ressaltar sua pujante verdade, acaba de celebrar-se na cidade brasileira de São Paulo a PRIMEIRA CONFERÊNCIA SUL-AMERICANA PRO-ANISTIA PARA OS PRESOS E EXILIADOS POLITICOS DA ESPANHA E PORTUGAL.

Organismos democráticos sindicatos, universidades, politicos e homens da cultura e da ciencia latinoamericana, estiveram presentes, através das delegações dos vários paises participantes, mediante adesões enviadas e presenças pessoais.

O espirito humanistico e solidário da América do Sul com os povos ibéricos alcançou ali um clima de ressonância universal.

Desde a Conferência de São Paulo, o mundo inteiro tem a certeza de que os nossos irmãos dêste novo mundoescoram com entusiasmo os nossos esforços a favor das vitimas das cruéis ditaduras de Franco e Salazar.

Unanimemente,, coletividades espanholas e portuguesas radicadas em vários paises do Continente, enviaram á Conferência os seus delegados, pondo acima dos particularismos politicos os principios inalienáveis dos direitos do homem, hoje humilhados vergonhosamente pelos governos que infelicitam as nossas respectivas pátrias.

Pela primeira vez, e há mais de vinte anos, os homens da Peninsula Ibérica, abstraindo das suas diversas crenças e ideologias, unem-se na exigência comum de pôr fim ao reinado de terror que aniquila a vida civilizada nos seus povos.

Nesta missão sagrada da anistia, os emigrados não fazem mais que colocar-se à altura do espirito de luta dos nossos compatriotas, da Ibéria, os quais, constantemente, e pondo de parte a própria segurança, formulam reiterados apelos aos Governos salazarista e franquista, aos organismos internacionais, e à opinião pública mundial exigindo a liberdade dos presos, o retorno dos exilados e o restabelecimento das normas juridicas comumente estabelecidas em todo o mundo civilizado.

Foi somente o que se exigiu em São Paulo: vigência dos principios dos direitos do homem, reconhecidos pelos organismos internacionais de que Portugal e a Espanha participam

Não fomos mais longe. Todavia, na medida em que saibamos coordenar a nossa ação, teremos encontrado o caminho da liberdade, da justiça e da paz na Ibéria.

E esses são os fins "politicos e subversivos" que alguns espiritos servis quiseram ver na Conferência da Anistia. Deixemos falar esses poucos!! Nós, simplesmente, reclamamos os direitos e os principios inalienáveis do homem. Se o franquismo e o salazarismo forem aniquilados pelas nossas exigências, a culpa não é nossa. Não alardeiam eles que representam o melhor do espirito cristão e ocidental?

Mas agora, que a Conferência terminou, começa a grande prova de fogo: levar à prática os acôrdos e resoluções tomados.

(Editorial do jornal "Galicia", de Buenos Aires)

ÚLTIMA HORA

HOMENAGEM A ALVARO LINS

COMUNICAMOS AOS NOSSOS LEITORES QUE A HOMENAGEM AO EMBAIXADOR ÁLVARO LINS FOI ADIADA PARA O PRÓXIMO DIA 5 DE MAIO, ÀS 20 h 30, NO PALÁCIO MAUÁ, EM

OS PORTUGUESES ESPALHADOS PELO MUNDO NA BATALHA CONTRA SALAZAR

(Dos correspondentes especiais de PORTUGAL DEMOCRATICO)

PORTUGAL

Quando a gestapo castiga

Lisboa — Intentam os agentes da PIDE, mover um processo ao «New Statesman», argumentando que foram difamados! E' o cúmulo! Venham os advogados do grande semanário londrino a Portugal e recolherão, não uma, não dez, mas milhares de testemunhos sobre as torturas exercidas sobre os presos que vivem sob a ameaça e a violência dos gestapianos!

Para que não haja quaisquer dúvidas, reproduzimos nesta oportunidade uma «ordem de serviço» do criminoso diretor da PIDE, esse homem a quem o exército despirá, um dia, a farda que o Neves Graça emporcalhou tanto ou mais quanto seu sucessor, Agostinho Lourenço. Diz, textualmente, o documento, que é antigo, mas autêntico:

«Para conhecimento se transcreve a alínea A) da Ordem de Serviço de hoje, que é do teor seguinte:

Punições: — Puno os detidos da sala 3, ao abrigo do n.o 3 do art. 359 da Organização Prisional, com a suspensão de visita de 30 dias.

A estes mesmos detidos não é mais consentida a compra de jornais nem permitida a sua entrada nas dependências onde estiverem outros presos.

O procedimento destes reclusos significa e mostra que estão conluiados com os extremistas, e outros elementos comunizantes, que pretendiam provocar, no dia de hoje e nos dois imediatos, manifestações de protesto e desobediência contra os poderes constituidos, entre elas figurando o uso de gravata preta e a não aquisição de jornais.

Por terem, assim, praticado acto colectivo de intenção subversiva, são estes reclusos punidos com a punição acima já referida.

Lisboa 1 de Julho de 1958.

(a) Neves Graça
Director da PIDE

Está conforme. Lisboa, Cadeia de Aljube, 6 de julho de 1958:

O Funcionário
(a) Carvalho."

XXX

Santos Costa, o famigerado ex-ministro da Defesa, ladrão qualificado, como provou «Portugal Democrático», já é brigadeiro! Os covardes e os malandros infestam as fileiras de um Exército que foi glorioso e, assim, Santos Costa, que é burro notório, conforme a ideia nacional que dele se faz, foi não só «promovido» mas ainda por «Ordem do Exército», **colocado, na escala de antiguidades, imediatamente à direita do brigadeiro José Filipe da Silva Neves, contando a antiguidade no atual posto desde 3 de fevereiro de 1953».**

Como se vê, o crime paga no regime abandalhado do caquético fradalhão — onde a roubalheira, a bebedeira, a imoralidade, a amoralidade, a incompetência, a deslealdade, a violência facilitam as promoções! Até quando?

«ANI» — France-Presse»?

A «ANI» barafustou imenso por causa da 1.a Conferência Sul-Americana Pró-Anistia, em São Paulo, e adivinha-se porquê. Mas o que espanta é este tendencioso telegrama, abertamente adulterado, francamene desonesto, distribuido aos jornais portugueses pela «France-Presse» e que dizia, textualmente:

Um dos «Diarios Associados» protesta, em artigo de fundo, contra a «conferência pró-anistia aos presos politicos em Portugal e em Espanha». Em artigo de fundo intitulado «conferência comunista de São Paulo», salienta que a amnistia é questão «de soberania nacional e aquilo que pretende a conferência é intrometer-se em questões internas de Portugal e de Espanha». E conclui «Imaginem o que não diriam os organizadores dessa conferência se nela fosse incluida a defesa dos presos politicos na Russia ou em outros paises da «cortina de ferro».

Mas a Conferência realizou-se e não era tão má quanto a pintou a «France-Presse». Ou deturpou a censura, uma vez mais, o telegrama? **Uma resposta que a agência** francesa deveria dar — ao menos aos jornais livres.

A Resistência

Manuel Serra refugiou-se, como é sabido, na Legação de Cuba. Mas o que talvez não saibam os nossos leitores é que o lider da JOC fugiu do hospital do Rego, onde se encontrava, envergando os trajos de sacerdote. Todos os meios servem para combater. Positivamente, a fase, agora, é de ação. A Resistência prepara-se consciente, firme e irresistivelmente.

Fora, Salazar!

42 dos democratas que disseram ao monstro que devia ir até Santa Comba tratar das couves foram processados e vão responder em tribunal — pelo «crime» de não gostarem do Salazar! Entre os incriminados, contam-se cinco sacerdotes. Não restam dúvidas de que a posição dos católicos portugueses é, dia a dia, mais vincadamente de oposição e de combate ao falso católico que é Salazar.

ANGOLA

Atividades contra o fascismo

Luanda — De entre os quarenta e tal democratas presos nos últimos meses, por atividades antifascistas, conforme noticiamos, 18 deles acabam de ser pronunciados, esperando-se que sejam julgados muito em breve. A nenhum deles foi, de resto, arbitrada fiança. São os seguintes os companheiros que devem comparecer no tribunal de Salazar: Ilídio Tomé Alves Machado, funcionário telégrafo-postal; André Franco de Sousa, guarda-livros; Higino Aires de Sousa, empregado comercial; Francisco Xavier Fernandes, marítimo, Carlos Aniceto Vieira Dias, mais conhecido por «Licou Vieira Dias», empregado bancário; e Carlos Alberto Pereira dos Santos Van-Dunem, conhecido por «O Beto», mecânico, todos detidos na Casa de Reclusão Militar.

Resta acrescentar que três dos incriminados não foram apanhados pela PIDE: Matias Migueis, empregado de escritório; o marítimo norte-americano Laurence Holder e Korle Dodge, que a polícia dá como natural de Ghana.

Radio Brazzaville informa...

Noticias chegadas a Angola, e que divulgamos por nos ter sido garantida a sua veracidade, esclarecem que o ministro fascista dos Estrangeiros, Marcelo Matias, voltou a protestar junto do Quai d'Orsay, em Paris, reclamando — pela terceira vez! — que acabem as emissões em português de Radio Brazzaville, estação que depende da Radiodifusão Francesa e que é ouvida — com muito gosto — por centenas de milhares de portugueses de Angola, de Moçambique e de outras nossas províncias ultramarinas.

Até agora, o governo francês tem resistido a todas as pressões, ameaças e até «chantages» do governo salazarista. Com efeito, Radio Brazzavile dedica a melhor atenção ao noticiario relativo aos assuntos portugueses, não o censura, evidentemente — e, daí, o interesse com que são escutadas as emissões. Por muitos anos, o sr. Pedro Rocha animou esses programas radiofônicos, tornando-se popularíssimo pela clareza e objetividade de seus relatos e comentários.

Censura postal

Intensíssima começou a ser a censura postal feita nos correios de Luanda, sobretudo às cartas procedentes do Brasil. Aviso que fazemos aos nossos amigos, para que nos façam chegar suas cartas e o «Portugal Democrático» por meios que não sejam o dos correios. Nos CTT desta Capital, foi montada, com todos os pormenores, uma verdadeira repartição de censura.

Crise econômica

O «deputado» por Angola, Cardoso de Matos, referiu-se ha tempos à crise econômica que se tem sentido, salientando que se observaram ultimamente, «desiquilíbrios das balanças comerciais e de pagamentos, mais acentuados ainda pelo fato de terem baixado as cotações dos produtos agrícolas. Destes — acentuou — o café ocupa o primeiro lugar na nossa economia e o sisal—outrora um gênero rico-apesar das suas fracas cotações, ainda não deixou de ser um vultuoso valor. Outros produtos—os derivados da pesca—farinha e óleo de peixe, são também primordiais valores de exportação, igualmente atingidos agora, por uma baixa de preços, o que mais agravou a crise de falta de peixe que de há alguns anos a esta parte tem afligido os que se lhe dedicam». O mesmo deputado sublinhou ainda a gravidade do problema das transferências de capitais de Angola, pedindo medidas para resolvê-lo.

Não ha dúvida quanto à inquietação trazida pela crise «econômica». A população agita-se ainda mais, pois o governo não se interessa pelas dificuldades da maioria, nem procura enfrentá-las, enquanto os grandes tubarões do regime continuam a acumular fortunas em detrimento da província.

MOÇAMBIQUE

As mortes escandalosas

Lourenço Marques — Como devem saber os que nos lêem, na catástrofe ocorrida na mina de Coalbrook, na União Sul-Africana, entre os 500 mortos havia cerca de 200 moçambicanos. Todos negros, é claro.

Sabe-se como é feito o «recrutamento» dos que vão desta província portuguesa trabalhar nos territórios estrangeiros e vizinhos. E não se ignora que eles são «contratados» graças a promessas que nunca se cumprem, e ao fato de perceberem salarios menos elevados do que os naturais dessas regiões. No fundo, é de trabalho escravo que se trata.

Em Moçambique, o aliciamento foi confiado à «Witwatersrand Native Labor Association, Ltda.», que canalizou intermináveis levas de jovens negros. Só uma parte ínfima costuma regressar, e essa estropeada, física e moralmente, por vezes tuberculizada, quer pela silicose, quer pelos autênticos trabalhos forçados nas minas e aos vícios e abusos em que resvalam os operarios ingénuos. E o que porventura trazem é a bicicleta inglesa, alguns objetos de vestuário e diversas bugigangas, tudo comprado nas lojas situadas perto dos «compounds», onde indígenas vivem encurralados em palhotas e barracões. O governo fascista, é verdade, mandou para Joanesburgo um «curador», que recebe a taxa de recrutamento devida por cada moçambicano e que, evidentemente, chega razoàvelmente diminuida aos cofres públicos...

Com a catástrofe de Coalbrook, o problema da mão-de-obra moçambicana em terras estrangeiras veio de novo à tona, já que só devemos responsabilizar o governo ditatorial por estas centenas de mortes. Que indenização será oferecida às famílias das vítimas? Estimamos que, desta vez, nem o «curador» nem o governo fascista fiquem com a parte que, por direito e por justiça, só cabe às famílias dos mineiros de Moçambique desaparecidos em tão trágicas condições.

VENEZUELA

Fuzilado um português!

Buenos Aires — Com o título de **«A verdade sobre o Pacto Ibérico», a Junta Patriótica Portuguesa** fez distribuir por toda a Imprensa venezuelana o seguinte comunicado:

«A Junta Patriótica Portuguesa teve conhecimento, por noticia da UPI, publicada pelo jornal francês «Le Monde», que no dia 21 de janeiro dois dos inúmeros compatriotas que ultimamente fugiram das cadeias politicas de Salazar conseguiram penetrar em Espanha. Um deles, José Matos Garcia, foi apanhado pela guarda civil espanhola e, a pretexto de que tentava fugir, fuzilado pelos esbirros de Franco. O outro, de apelido Robalo, veio a ser preso nas proximidades de Guadalajara e, em seguida, recambiado para Portugal, onde foi de novo entregue à gestapo de Salazar.

«Deste modo, uma vez mais se revela a tragédia do povo português, esmagado pela ferocidade do ditador, que não vacila na aceitação da colaboração (embora contra todas as leis, usos e costumes internacionais) com seu comparsa hipócrita. E' perfeito o entendimento entre os dois facínoras que tripudiam sobre as bases da Civilização e dos Direitos do Homem, legalizando seus crimes sob a ignomínia do tenebroso Pacto Ibérico».

A J. P. P. com a Anistia

Embora tardiamente, não queremos deixar de referir que foi com grande contentamento que os democratas portugueses de Caracas tomaram conhecimento da realização da **1.a Conferência Sul-Americana Pró-Anistia dos Presos e Exilados Politicos Espanhois e Portugueses.** Com efeito, os aliados de Salazar, aproveitando-se, aliás, da confusão dos telegramas das agências noticiosas, haviam chegado a dizer que a Conferência não se realizava por ser de «inspiração comunista»... O ditador lá sabe dos seus colaboradores, mas a verdade é que o boato nunca foi aceito pela maioria dos democratas lusitanos da Venezuela, que desde o principio haviam acompanhado com interesse o insuspeito noticiário de **«Portugal Democrático»** sobre a grandiosa manifestação de solidariedade aos povos oprimidos de Portugal e da Espanha.

Razão de sobejo, portanto, foi a que tivemos todos, ao sabermos não apenas da realização da 1.a Conferência Sul-Americana, mas também, e sobretudo, do êxito internacional que alcançou. Uma vez mais, os fascistas foram derrotados nas suas previsões — como o serão também na batalha final contra a ditadura.

O presidente Calafate

A Junta Patriótica Portuguesa tem nova diretoria. Preside, entretanto, esse homem de rija têmpera que é o Major Luís Cesariny Calafate, um dos chefes da malograda revolução de 12 de Março de 1959, data que — diga-se de passagem — foi lembrada pelos anti-salazaristas de Caracas como o início de uma nova fase da luta pela resistência contra o ditador.

Queremos destacar que a Junta Patriótica Portuguesa, que na Venezuela inaugurou a batalha organizada contra Salazar, desde sempre mantendo os melhores contactos com as entidades democráticas do Brasil, nomeadamente o jornal **«Portugal Democrático»** e o **Comité dos Intelectuais e Artistas Portugueses Pró-Liberdade de Expressão,** — reune a esmagadora maioria dos democratas portugueses que vivem neste país livre.

Nas eleições para a escolha dos novos corpos gerentes da JPP, a lista encabeçada pelo Major Calafate foi eleita por aclamação, sendo escolhidos para os cargos de secretário-geral e secretário de relações públicas, respectivamente, os srs. dr. Mario Mendes e José da Costa Lopes.

Entretanto, a Junta Patriótica Portuguesa vai continuar suas atividades, em estreita ligação com o Comité Venezolano Pro-Democracia y Libertad de Portugal, firme na sua resolução de que só através de um movimento autênticamente unitário, congregando todas as forças dispersas mas realmente democráticas, isto é, anti-fascistas e anti-salazaristas, a vitória sobre Salazar será ràpidamente alcançada. Com unidade, triunfaremos!

Edição Patriótica

Numa edição da Junta Patriótica Portuguesa estão sendo distribuidos milhares de volantes, nos quais se transcrevem as estrofes imortais de «A Portuguesa». No alto do prospeto, o timbre da JPP e a inscrição hoje conhecida em toda a Venezuela: «Es necesario ser libres». E, no fundo, o outro «slogan» que a JPP também popularizou neste país: **«Portugal sim! Salazar não!»**

CENTRO REPUBLICANO PORTUGUÊS

Começa a Diretoria do CENTRO REPUBLICANO PORTUGUÊS, depois de algumas reuniões preparatórias, a desenvolver os seus programas de atividades em 1960, para as quais se chama a atenção particular dos leitores de PORTUGAL DEMOCRÁTICO e, de um modo geral, de todos os portugueses ou amigos de Portugal.

52º ANIVERSÁRIO — Na oportunidade do 52º aniversário da fundação do Centro Republicano Português, o qual ocorre em 21 de abril corrente, haverá na sede da instituição, às 20h30 daquele dia, uma sessão solene, proferindo a seguir, a escritora D. Maria Archer uma conferência sobre "PRESENÇA DA MULHER NA PAISAGEM SOCIAL DA AFRICA PORTUGUESA"

CAMPANHA DE SÓCIOS — Foi resolvido iniciar uma campanha visando aumentar a massa associativa, tanto mais que inúmeros portugueses, quer residentes em São Paulo, quer noutras cidades do Brasil, podem e devem oferecer a melhor colaboração ao CRP. A todos os sócios atuais alvitramos que proponham um sócio, na inauguração deste movimento — e logo teremos duplicado as nossas fileiras. Como sócios efetivos, acabam de ingressar na antiga instituição republicana e liberal os srs. Armando Gouveia Tavares e Alexandre Seixas Leal Dias, a quem endereçamos as melhores saudações. A todos os democratas portugueses recomendamos, insistentemente, a colaboração com o Centro Republicano Português.

ESTATUTOS — Vão ser impressos os estatutos do CRP, graças à generosidade de dois dos nossos associados,

ARGENTINA

OS Amigos de «Portugal Democratico»

Buenos Aires — Diversos têm sido os democratas portugueses que vêm contactando o representante deste jornal, com vista à fundação de um Grupo de Amigos que divulgue o **«Portugal Democrático»,** levando-o a todos os portugueses sem excepção como a voz do Povo Português martirizado e ansioso de liberdade.

Efetivamente, entendemos que contribuir para a difusão e o melhor conhecimento do órgão dos movimentos anti-salazaristas é colaborar, de fato, na luta pela redemocratização de Portugal. De novo lembramos que está iniciada uma campanha de apoio, expansão e solidariedade ao nosso jornal. Devem, pois, todos os democratas portugueses da Argentina dirigir-se ao seu representante.

Por outro lado, anuncia-se que agentes da PIDE visitaram ha tempos, nesta cidade, a «Associação de Socorros Mútuos», a fim de tentarem elaborar uma lista dos portugueses que, abertamente ou não, se consideram democratas. Escusado seria acentuar que todas as associações devem repelir estas intervenções — que são ilegais, de acordo com os códigos argentinos.

Também a «Associação Democrática Luso-Argentina» está procedendo a uma campanha pró-aumento de sua massa associativa. Apelamos para todos os nossos leitores na Argentina, no sentido de corresponderem a esta solicitação.

PORTUGAL DEMOCRATICO

Diretor-Responsável
Otávio Martins de Moura

CONSELHO DE REDAÇÃO

João Alves das Neves, Fernando Lemos, Adolfo Casais Monteiro, Carlos Maria de Araujo, Fernando Correia da Silva, Henrique Pereira Santo, Jorge de Sena, Paulo de Castro, Vitor Ramos.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Antonio Bidarra Fonseca, Carlos Cruz, Carlos Neves, Francisco Lopes, Manuel Ferreira Moura, Silvério da Costa Letra

REPRESENTANTES

RIO DE JANEIRO
SUCURSAL:
Rua Alexandre Mackenzie 12, sala 10 — Telefone: 43-5110
Dias úteis: das 19 às 22 horas
Sábados: das 15 às 19 horas
FORTALEZA: dr. Carlos d'Alge — Rua Senador Pompeu 832 — Fortaleza — Ceará
JUIZ DE FORA: Manuel Augusto Soares d'Oliveira — Rua Marechal Deodoro 334 — Juiz de Fora (M.G.)
BELO HORIZONTE : Virgolino Pereira Vilhena — Rua Rio de Janeiro, 300 — sala 304 — Caixa Postal 24, Belo Horizonte (M.G.)
PORTO ALEGRE: Luís Firmino de Vilhena — Caixa Postal 413 — Porto Alegre — Rio Grande do Sul
INGLATERRA: M. Queiroz — 34, Beche Road — Cambridge — England
CANADÁ: Fernando Ciriaco da Cunha — 14, Bellevue Ave, Toronto — Ontario — Canadá
FRANÇA: Tomás Ferreira Ratolo, Rue Christine, Paris, 6
VENEZUELA: Dr. Jorge Silveira, Apartado Correos 3826, Candelária — Caracas
ARGENTINA: Jorge António — R. General Hornos n.o 1.000 — Caseros — Provincia de Buenos Aires

REDAÇÃO

Rua Conselheiro Furtado, 191 — Sala 2 — Caixa Postal 4.469 — Tel.: 37-0933 — São Paulo

EXPEDIENTE

Dias úteis: das 19 às 22 horas.
Sábados: das 15 às 18 horas.
Número avulso: 5,00 cr.
Assinatura especial: 100,00 cr.
Ass. para o Exterior: $ 3,00 U.S.

Ano IV N.o 35 Abril de 1960

Os artigos assinados traduzem apenas a opinião de seus autores, sendo por conseguinte de sua exclusiva responsabilidade.